

1 **ATA DA TRECENTÉSIMA VIGÉSIMA REUNIÃO DA CONGREGAÇÃO DA**
2 **FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS DA**
3 **UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO DO ANO DE 2013. Presidência:** Prof. Dr. Sérgio
4 França Adorno de Abreu, Diretor da Faculdade. Aos dezenove dias do mês de setembro do ano
5 de dois mil e treze, no Salão Nobre da Faculdade, realizou-se a supracitada reunião, em terceira
6 convocação. **COMPARECIMENTOS:** Professores e Funcionários: Sergio França Adorno de
7 Abreu, Gloria de Anunciação Alves, Laura Moutinho, Wagner Costa Ribeiro, Maria Celia
8 Pereira Lima Hernandez, Vagner Gonçalves Silva, Marli Quadros Leite, Lica Hashimoto, João
9 Azenha Junior, Daniel Strum, Daniel Puglia, Ricardo Ribeiro Terra, Mary Anne Junqueira,
10 Adriane da Silva Duarte, Ana Fani Alessandri Carlos, Thais Regina Pavez, Leonardo Octavio
11 Belinelli de Brito, Paola Giustina Baccin, Ana Beatriz Cursino de Araújo, Fabio Rigatto de
12 Souza Andrade, Fabio Roberto Lucas, Maria Helena Rolim Capelato, Rodrigo Monteferrante
13 Ricupero, Alexandro Bebiano de Almeida, Osvaldo Coggiola, Sandra Lencioni, Sergio Ricardo
14 Gaspar, José Marcos Mariani de Macedo, Yuri Tavares Rocha, Luciana Raccanello Storto,
15 Sylvia Basseto, Marcelo Cândido da Silva, João Paulo Cândia Veiga, José Antônio
16 Vasconcelos, Gabriel Luis Scheffer Regensteiner, Ronald Beline Mendes, Marlene Petros
17 Angelides, Marie Marcia Pedroso, Adrian Pablo Fanjul, André Roberto Martin, Milton Meira
18 do Nascimento, Rosangela Sarteschi, Giliola Maggio, Maria Rita Umeno Morita, Cícero
19 Romão Resende de Araujo, Reginaldo Gomes de Araújo, Maria Augusta Da Costa Vieira,
20 Maria Elisa Siqueira Silva, Ricardo da Cunha Lima, Marilza de Oliveira, Valéria de Marco.
21 Como assessores atuaram: Ismaerino de Castro Jr. (ATFN), Eliana Bento da Silva AmatuZZi de
22 Barros (SCS), Leonice Maria S. Farias (ATFN), Augusto César Freire Santiago (STI), Vania
23 Santos de Melo (ADM), Rosângela Duarte Vicente (ATAC), Maria Aparecida Laet
24 (Biblioteca). **JUSTIFICATIVAS:** Giuliana Ragusa de Faria, Olga Ferreira Coelho Sansone,
25 Paulo Roberto Massaro, Margarida Taddoni Petter, Maria Helena P.T. Machado, Sueli Ângelo
26 Furlan, Elisabetta Santoro, Elias Thomé Saliba, João Roberto Gomes de Faria, Marcos
27 Francisco Napolitano de Eugênio. **EXPEDIENTE:** **1.** Comunico a eleição do Prof. Dr.
28 LEOPOLDO GARCIA PINTO WAIZBORT como vice-chefe do Departamento de Sociologia,
29 com mandato a partir de 30/08/2013. **2.** Comunico a eleição dos Professores Doutores PAULO
30 ROBERTO MASSARO e LEIKO MATSUBARA MORALES como diretor e vice-diretora
31 respectivamente do Centro de Línguas, para o biênio 2013/2015. **3.** Comunico a eleição dos
32 Professores Doutores PAULO ROBERTO MASSARO e MARGARIDA MARIA TADDONI
33 PETTER como representantes titular e suplente dos Centros Interdepartamentais na
34 Congregação, com mandato de 26/08/2013 a 25/08/2015. **4.** Gostaria de comunicar que a CLR

35 baixou uma resolução, com aprovação ad referendum, que altera a redação de artigos do
36 regimento geral no sentido de manter os votos secretos apenas nos votos para eleição de cargos
37 nos conselhos, diretores, chefes de departamento, vice reitor e reitor, restando o voto aberto
38 para as demais matérias, segundo o clamor da transparência e dos procedimentos atuais que
39 estão sendo cobrados das autoridades públicas. **5.** O Senhor Presidente passa a palavra aos
40 seguintes membros: **Expediente da Comissão de Pós-Graduação:** Com a palavra, o Prof.
41 Marcelo Candido da Silva, Presidente da CPG, informou: “Quero informar que a reitoria
42 retirou da pró-reitoria de pós-graduação toda a verba destinada ao auxílio para professores
43 visitantes e para o deslocamento dos professores e alunos da USP. A pró-reitoria não vai mais
44 arcar com estes auxílios, agora é a Reitoria que dará este benefício.” Com a palavra, o Senhor
45 Diretor disse: “Fomos pegos de surpresa. Essa portaria tem implicações muito dramáticas para
46 o nosso dia a dia e para a gestão dos nossos recursos.” : **Expediente da Comissão de**
47 **Pesquisa:** Com a palavra, o Prof. João Paulo Candia Veiga, Presidente da CPq, informou:
48 “Tenho três informes. Temos aproximadamente 285 bolsas de iniciação científica na FFLCH, o
49 que é um número expressivo, e nós aumentamos o número de bolsas que são distribuídas pela
50 própria FFLCH de 40 para 60. Temos 25 bolsas em aberto que podem ser preenchidas até o
51 final de 2013, com inscrições até 02 de outubro. Contando com as iniciações sem bolsa, temos
52 aproximadamente 335 projetos em curso. Estamos há um mês do SIICUSP, que nesta edição
53 acontecerá na ECA. O nome que vai abrir o evento é do nosso colega, professor Vladimir
54 Safatle, dia 21/09 às 14h, no anfiteatro da ECA. Estamos com a ideia de formar uma comissão
55 provisória para a criação de um comitê de ética e pesquisa da FFLCH, a partir de 2014.
56 Elaboraremos uma proposta, que pretendemos apresentar na congregação de outubro ou
57 novembro, contando com a colaboração de alguns colegas de outras unidade que já estão
58 discutindo este tema há tempos e que possam contribuir conosco.”. **Expediente da Comissão**
59 **de Cultura e Extensão:** Com a palavra, a Profa. Giliola Maggio, Presidente da CCEX,
60 informou: “Vai até o dia 01/11 o prazo para os pedidos de fomento pelo Apolo e para
61 apresentar propostas de cursos e eventos.”. **Expediente dos demais membros do colegiado:**
62 Com a palavra, a Profa. Maria Elisa Siqueira Silva disse: “Gostaria de comunicar o estado do
63 prédio da geografia e história após a festa ocorrida na última sexta feira. Estive conversando
64 com o professor Sergio sobre o uso do prédio. Eu gostaria de saber quais as medidas que estão
65 sendo tomadas com relação a isso. Temos dificuldades de trabalhar no prédio por conta do
66 barulho e do lixo que fica após estes eventos.”. Com a palavra, o Prof. Yuri Tavares Rocha
67 disse: “Quereria complementar que desde a “festa do fim do mundo”, ocorrida no fim do ano, até
68 esta última festa, as depredações somam gastos de 300 a 500 mil reais, pelas pichações, quebra

69 de vidros e furtos de materiais. Conversei com meus alunos sobre as duas últimas festas e
70 sugeri a formação de uma comissão para analisar estas ocorrências com o auxílio de outras
71 áreas do saber, como sociologia, antropologia e filosofia. Os alunos, no meio da discussão que
72 tivemos em sala, comentaram se as pichações são uma marcação artística ou se elas são apenas
73 marcação de território, revolta daqueles que só conseguem entrar na universidade quando
74 participam das festas. Os alunos têm visão muito rica e eu acredito que eles devem participar
75 do processo de discussão que porventura venhamos fazer. O bem público depredado é uma
76 violência contra a sociedade, por mais que seja por meio de alguma manifestação que esteja por
77 trás.”. Com a palavra, a aluna Maria Rita Umeno Morita disse: “Complementando o informe
78 com relação às festas nos espaços de vivência estudantil, que também é dos funcionários e dos
79 professores, pois o espaço é comum, eu concordo que as discussões precisam ser abertas. Na
80 festa de sexta-feira muitas das pessoas presentes não eram estudantes da USP. Temos que
81 discutir o fato da universidade ser um local fechado. Os estudantes devem vivenciar este espaço
82 que é público, mas ao longo dos anos todos nós, estudantes, funcionários e alunos, estamos
83 perdendo os espaços de vivências e eles são cada vez mais restritos. Os espaços de convivência
84 são espaços políticos muito importantes, e eles são geridos pelos próprios estudantes e pelos
85 centros acadêmicos. Fora o que significa a pichação, temos que perguntar o que significa uma
86 pessoa que não é da universidade, que não pode ser estudante da universidade e que não vai
87 passar no vestibular, entrar na universidade para vir numa festa.”. Com a palavra, o Senhor
88 Diretor disse: “Não há um dia que eu não receba reclamação sobre o prédio de história e
89 geografia. Frequentemente eu recebo críticas dos professores, que eu acho justas, mas que
90 trazem subjacentes a fala ‘chame a polícia, feche tudo’. Estamos formando esta ideia dentro da
91 nossa faculdade, pois recebi uma crítica de um professor que disse que estas situações estão
92 ocorrendo por falta de autoridade. O que é esta falta de autoridade? Ela é não chamar a polícia
93 e não fechar tudo. Não consigo interpretar de outra maneira. Quero dizer que não é de hoje que
94 estamos tentando enfrentar a questão do prédio, com o mínimo de sabedoria. Conjuntamente
95 com o professor João Roberto, fizemos reunião com os alunos em junho, marcamos outra para
96 o final de agosto, que será remarcada devido a um evento dos alunos. Conversei com o José
97 Lira, professor da FAU e diretor da casa Yayá, e ele me relatou a experiência que aconteceu na
98 FAU e que atualmente eles vêm colhendo os frutos. O essencial da conversa foi o seguinte: a
99 atual degradação do nosso prédio é decorrência de anos e anos de não preservação do
100 patrimônio. O prédio vem sendo degradado sem que haja qualquer tipo de iniciativa de
101 preservação do patrimônio. O que é preservação do espaço? É preservação para o ensino, a
102 pesquisa e a extensão, tornando possível maior acessibilidade para estas tarefas. A confusão

103 começa quando acham que se deve abrir o espaço para festas, pois ele não possui esta
104 finalidade. A festa faz parte da cultura acadêmica, mas ela não é a finalidade última dos prédios
105 e ela exige uma série de cuidados. Hoje as festas são marcadas, aparecem milhares de pessoas e
106 ninguém se responsabiliza por nada, pois as pessoas sabem que haverá depredação e prejuízo
107 ao patrimônio e eu não tenho como tomar qualquer tipo de providência. Assim, é necessário
108 recuperar o espaço, segundo o que o arquiteto me disse durante a conversa, o que não é apenas
109 uma solução arquitetônica da estrutura física do prédio, mas é fazer um acordo entre
110 professores, alunos e funcionários no sentido de regulamentar de forma adequada o uso do
111 espaço, preservando o espaço, as condições de trabalho e a segurança. O prédio não é espaço
112 para duas mil pessoas vindas de fora fazerem festa. Há uma inversão do objetivo da
113 Universidade. O público externo deve vir para a universidade para conhecer as atividades da
114 universidade, para aprender, conhecer os museus e fazer cursos de extensão. Não podemos
115 deixar que se privatize a universidade para fins de festa, o que não é a finalidade da
116 Universidade. Quero deixar claro que este assunto é da preocupação da Diretoria e estamos
117 tomando providências. Irei montar uma comissão para tratar exclusivamente deste assunto do
118 prédio, segundo os três eixos: preservação do patrimônio, já que o prédio deve ser conservado
119 devido às suas características arquitetônicas; condições de trabalho; condição de segurança. Ela
120 será constituída pelos dois chefes de departamento e por alunos, professores e funcionários que
121 forem indicados pelos dois chefes, eu não interferirei em nenhum indicado. O professor José
122 Lira e seus assistentes prestarão assessoria, eles vão estudar as formas de recuperação do uso do
123 espaço e de preservação do patrimônio. Eu espero que possamos firmar um acordo para o uso
124 do espaço. Nós, a comunidade, professores e funcionários, temos um papel educativo muito
125 importante. Quando não conseguimos colocar limites claros, negociados e pactuados, o
126 resultado é esse que estamos vendo. A ideia de que o prédio é aberto e que todos podem fazer
127 qualquer coisa a qualquer hora não é correta, espaço público não significa espaço ausente de
128 regulamentação.”. Com a palavra, a Profa. Maria Helena Rolim Capelato disse: “Por incrível
129 que pareça, nós já vivemos situações muito piores do que as atuais. Tínhamos traficantes de
130 drogas agindo conjuntamente com os alunos, o que nós conseguimos superar graças ao esforço
131 perpetrado por mais de uma gestão e envolveu chefes, vice chefes, comissão de qualidade de
132 vida e a colaboração dos alunos e de seus representantes. Fizemos uma força tarefa e
133 conseguimos vencer as adversidades, com a ajuda das autoridades, da prefeitura e dos
134 seguranças. Passamos por um período de certa tranquilidade, depois vemos que a coisa está
135 voltando para trás.”. Com a palavra, o Senhor Diretor disse: “Temos que congrega forças e
136 fazer um novo pacto, pois acredito que não é do interesse de ninguém perturbar as atividades

137 regulares de ensino, pesquisa e extensão. A festa pode ser feita desde que ela esteja
138 regulamentada, com compromissos muito claros e com responsabilidades bem definidas.”.
139 Com a palavra, o Prof. Osvaldo Coggiola disse: “Quando entrei na USP, em 1984, minha sala
140 ficava ao lado do corredor da história e não havia janela, apenas uma porta que era também
141 janela. Eu tive a porta da sala diversas vezes arrombada. Posteriormente as portas foram
142 trocadas por portas de aço reforçado, de forma que não tivéssemos mais este problema.
143 Tínhamos um espaço que era autogerido que só faltava ter uma tabela com o preço das drogas.
144 Quero lembrar que atualmente há proibição do consumo de bebidas alcoólicas na Faculdade de
145 Filosofia. No âmbito dos departamentos de história e de geografia e da assembleia geral dos
146 estudantes, a interdição da venda de bebidas alcoólicas foi aprovada, naquele momento foi feito
147 um debate e os próprios alunos concordaram com a interdição da venda, entre outras coisas
148 porque aqueles que ficavam alcoolizados atrapalhavam as atividades que se realizavam no
149 espaço, pois ficavam completamente alterados. O problema principal que temos aqui é o fato
150 de que ninguém assume a responsabilidade. Um grupo de estudantes pode assumir a
151 responsabilidade, porém outro grupo de estudantes pode se juntar e não assumir a
152 responsabilidade. O representante dos estudantes pode assumir o compromisso, mas outro
153 grupo de estudantes pode decidir por desconsiderar esta representação e fazer o que bem
154 entende, não assumindo qualquer tipo de responsabilidade. Espaço público implica em
155 responsabilidade pública, não existe espaço público que qualquer um faça qualquer coisa, pois
156 espaço público implica comparecimento de público e público tem direitos, e o meu direito
157 termina onde começa o direito do outro. Caso não fixemos isso como condição básica, nós não
158 teremos nenhuma norma de coexistência interna. O problema agora consiste em que os
159 estudantes determinem claramente quem é o responsável e que eles adotem um
160 posicionamento, pois não é aceitável que todos digam que não foram responsáveis e que
161 ninguém sabe quem fez a festa. Este é um problema político que deve ser resolvido por todas as
162 categorias, mas principalmente pelos estudantes. Eu observei que muitas das festas são
163 organizadas pelos estudantes com a finalidade de levantar fundos, por exemplo, para atividades
164 estudantis como encontros, mas há festas que não possuem este objetivo e são de cunho
165 claramente comercial e lucrativo, e que contaram com participação de milhares de pessoas.
166 Quem está ganhando este lucro eu não faço a mínima ideia.”. Com a palavra, o Senhor Diretor
167 disse: “A tentação de medidas repressivas tem chegado até nós, mas eu quero deixar claro que
168 eu não pretendo utilizá-las, porque eu acho que o prédio deve ser preservado nas suas
169 características fundamentais. O prédio permite certo tipo de acessibilidade, então temos que
170 preservá-la, criando as condições adequadas para o funcionamento regular das atividades.

171 Soluções repressivas não nos trazem tranquilidade no longo prazo. Nenhuma solução neste
172 momento é imediata. É preciso que haja uma convergência mínima de diálogo e entendimento,
173 pois senão passaremos estes três anos no mesmo lugar.”. Com a palavra, o Prof. André Roberto
174 Martin disse: “Quero recordar que temos um pacto com os estudantes, firmado aqui por
175 representantes de diversas organizações estudantis. Ele funcionou até a festa de sexta feira. É
176 preciso identificar quem fez a festa de sexta feira e quem está propondo a festa da próxima
177 sexta feira, pois não se sabe explicitamente quem está organizando estas festas. Queria dizer ao
178 movimento estudantil que esta desorganização é um risco ao próprio movimento estudantil. A
179 maioria dos estudantes é contra este tipo de utilização dos espaços da universidade. Queria
180 exortar os representantes do movimento estudantil a se juntarem a nós, acabando com a visão
181 infantil de que quem está na Direção da Faculdade é necessariamente repressor. Todos nós
182 estamos sendo vítimas do excesso de liberalidade. Para não chegarmos a propostas como
183 fechamento do prédio ou proibição de qualquer tipo de festa, é preciso que unamos as nossas
184 forças.”. Com a palavra, o Prof. José Antônio Vasconcelos disse: “Fizemos o acordo com os
185 estudantes e não foi cumprido porque muitas vezes as festas extrapolam o âmbito das
186 representações estudantis. Fizemos um fórum no DH no início do semestre e no período das
187 aulas para que ele tivesse o maior número possível de alunos. Chegamos a alguns pontos sobre
188 a organização das festas e como seria possível organizar festas sem atrapalhar as outras
189 atividades. Foram tomadas algumas medidas, mas elas não foram suficientes. Houve um
190 segundo encontro.”. Com a palavra, o Senhor Diretor disse: “Estive presente neste segundo
191 encontro e os representantes discentes estavam dispostos a continuar a conversa e a dialogar, no
192 entanto, o representante da geografia, que na última reunião havia feito uma proposta muito
193 razoável de regulamentação das festas, disse que estava lá apenas para ouvir e que não iria
194 referendar o que havia sido decidido na reunião passada, assim como ele disse que não estava
195 munido de poder para deliberar. O que eu poderia falar nesta situação? Eu ouvi algo que me
196 incomodou. Quero respeitar o aluno, mas ele deve ter clareza do que ele quer. O aluno deve
197 escolher se ele vai para a assembleia ou se ele vai para a aula, pois nos dois ele irá aprender
198 igualmente. Confesso que a idade nos deixa mais conservadores, mas estou me esforçando para
199 entender os acontecimentos e tornar a convivência minimamente aceitável.”. Com a palavra, o
200 Prof. José Antônio Vasconcelos disse: “Eu acho que temos que ter uma abertura para os
201 estudantes, e temos que saber que as festas e as organizações estudantis não são a mesma coisa.
202 Há festas que são organizadas e que os estudantes limpam e preservam o espaço após as festas,
203 e tem outras festas que depredam e deixam sujeira. Temos que saber quem são estas pessoas.”.
204 Com a palavra, a Profa. Maria Elisa Siqueira Silva disse: “Queria enfatizar que a questão das

205 festas é importante, mas existe um outro problema que é a questão do barulho no pátio no
206 horário das aulas, pois as salas são viradas para o pátio e qualquer aglomerado de 15 alunos já
207 atrapalha. Há 10 anos eu estou aqui e está cada vez pior.”. Com a palavra, o aluno Inauê disse:
208 “Estive nas duas reuniões e realmente estamos tentando achar uma solução para esta questão.
209 Queria esclarecer que o aluno que disse na primeira reunião defender a regulamentação das
210 festas era da Atlética e na segunda reunião o aluno era representante do CEG, ambos
211 representando a geografia, mas representando entidades diferentes. Com relação ao adiamento
212 da reunião, durante julho as centrais sindicais marcaram paralização nacional para trinta de
213 agosto. Por isso, com uma semana de antecedência mandamos uma mensagem à Direção
214 solicitando a remarcação da reunião para a segunda ou terceira semana de setembro. A carta
215 convocando para a primeira reunião que chegou nas nossas mãos dizia que a ideia da reunião
216 era para discutir os espaços, mas quando chegamos lá o problema em questão era sobre as
217 festas. É muito importante que compreendamos que o problema das festas está atrelado à
218 questão dos espaços.”. Com a palavra, o Senhor Diretor disse: “O problema é grave. Eu ia pedir
219 para que suspendêssemos as festas temporariamente pelo período de um mês, mas eu não
220 acredito que tenha força para fazer esta maré se interromper. Temos o problema da segurança.
221 Semana sim, semana não, há equipamentos que são furtados dos nossos prédios. Até agora eu
222 não fui questionado por conta disto, pois eu abro sindicância com professores e funcionários e
223 ela sempre faz relatório dizendo que não foi possível apurar responsabilidade. O fundo da USP
224 repõe os objetos roubados. Quando isso vier a público eu não terei o que explicar. O estranho é
225 que isso é uma coisa sistemática, não ocorre eventualmente.”. Com a palavra, o Prof. Adrian
226 Pablo Fanjul disse: “Os docentes membros da congregação da EACH fizeram uma nota
227 explicativa e eles nos enviaram, assim como enviaram para as demais congregações, para que
228 fizéssemos a leitura durante a nossa reunião da congregação. Como estamos sem tempo, caso
229 alguém se interesse pela discussão eu posso encaminhar para conversar com os colegas da
230 EACH. Lerei: *‘Os funcionários docentes e não-docentes e alunos de graduação e de pós-*
231 *graduação da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH) da Universidade de São*
232 *Paulo estão em greve. A pauta unificada de reivindicações destas categorias, definida e*
233 *confirmada em suas assembleias, é a seguinte: 1) Tornar seguro o nosso local de trabalho e*
234 *estudo. Esta segurança deve ser garantida por todas as autoridades que sinalizaram os*
235 *problemas ambientais da Unidade. Demandamos ainda acesso irrestrito a toda a*
236 *documentação associada às questões ambientais da EACH de posse da USP (incluindo a*
237 *Superintendência do Espaço Físico - SEF e a própria EACH), CETESB e demais órgãos. 2)*
238 *Afastamento imediato da Direção da EACH (diretor e vice-diretor) em respeito à decisão da*

239 *Congregação Aberta realizada em 11 de setembro de 2013, ratificada nas assembleias das*
240 *categorias, e instauração de processo administrativo para apuração das responsabilidades do*
241 *diretor e do vice-diretor da EACH, do superintendente da SEF e do prefeito do Campus*
242 *Capital da USP. A USP tem uma enorme dívida para com toda a comunidade da EACH, que*
243 *jamais foi devidamente esclarecida sobre a verdadeira situação ambiental do local. Esse*
244 *descaso é reconhecido até mesmo pela CETESB, que encerra nota à imprensa datada de 17 de*
245 *setembro (em que lamentavelmente cancela a reunião de esclarecimentos que teria com esta*
246 *comunidade) dizendo que "aguarda uma posição oficial da reitoria da Universidade São*
247 *Paulo, da Superintendência do Espaço Físico - SEF e da própria direção da USP Leste,*
248 *quanto ao cumprimento das 11 exigências técnicas formuladas no Auto de Infração de*
249 *Advertência lavrado no dia 02/08/2013, relativas à apresentação de diagnósticos*
250 *complementares de passivo de contaminação da área". Insistentemente cobrada sobre o*
251 *assunto, a direção nunca foi capaz nem mesmo de apresentar documentação sobre as terras*
252 *que fez depositar ilegalmente na EACH em 2011. A SEF, por sua vez, chega a admitir*
253 *textualmente que a licença ambiental de operação da EACH (já desrespeitada, ocasionando a*
254 *autuação) foi obtida por "pressão superior", para depois informar, de modo lacônico, que o*
255 *documento em que apresenta essa confissão era apenas uma minuta. Ao Governo do Estado de*
256 *São Paulo, também corresponsável por saldar essa dívida, cabe, ainda, colaborar para que as*
257 *alternativas ambientais a serem desenvolvidas para a EACH possam beneficiar a comunidade*
258 *da região que eventualmente enfrente desafios similares. Diante do exposto, solicitamos*
259 *imediatas providências para a resolução das questões que aqui se apresentam, para que a*
260 *palavra CUIDADO não signifique risco, e sim atenção, dignidade e direitos para a*
261 *comunidade que trabalha e estuda no campus.'." Com a palavra, a funcionária Leonice Maria
262 S. Farias disse: “Fomos surpreendidos no último dia 17 com uma portaria baixada pelo Reitor
263 que altera a portaria de delegação de competência. O Diretor é o ordenador de despesas da
264 Unidade, e para isso o Reitor delega para ele quais são os procedimentos e quais são as
265 despesas que podem ser autorizadas. Dentre elas constava a autorização de despesas com
266 alunos de até 3 mil reais, no âmbito nacional, viagens diárias para professores da casa e para
267 professores convidados que estejam participando de algum evento na unidade. O diretor tinha
268 competência para autorizar estas despesas. A portaria baixada no dia 17 retira a competência do
269 diretor, impossibilitando-o de autorizar os gastos com alunos, podendo apenas autorizar
270 viagens e diárias para docentes da casa e convidados, mas apenas no âmbito nacional, no
271 internacional fica a cabo da Reitoria. Eles estabeleceram alguns padrões genéricos, dizendo que
272 no que diz respeito aos alunos, primeiramente devem ser acionadas as agências de fomento, na*

273 negativa desta, o pedido pode ser encaminhado para a Reitoria. Sobre os convidados
274 internacionais, eles pedem que seja feita uma justificativa circunstanciada, este é o termo que
275 eles usam, que deve ser encaminhada com 20 dias de antecedência da data da viagem, tanto
276 para os professores da casa como para os professores convidados. Estas foram as informações
277 que eles nos mandaram até agora e a portaria já entrou em vigor na data da sua publicação, dia
278 17. O problema não são os eventos que ainda vão acontecer, pois temos o prazo de 20 dias, mas
279 aqueles que estão acontecendo no momento e na semana que vem. Estamos encaminhando os
280 pedidos para a reitoria, porém não sabemos se ela irá autorizar.”. Com a palavra, o Senhor
281 Diretor disse: “Quero apenas complementar que houve questionamento do Tribunal de Contas
282 com relação à questão das passagens. Ele considerou que a USP gastou muito do seu orçamento
283 com passagens internacionais e foi essa a razão pela qual a reitoria está avocando para si o
284 controle do uso destes recursos. Isto é um complicador porque afeta todo o nosso planejamento
285 para organizar as atividades. Muitos dos departamentos e grupos que organizam estas
286 atividades o fazem com antecedência para que dê tempo de o recurso ser liberado. Agora
287 teremos que fazer o preparo com maior antecedência, aumentando a nossa preocupação para o
288 bom êxito das iniciativas. Alguns dos professores precisam de vistos para chegarem aqui, o que
289 significa que é preciso ter o bilhete da passagem liberado, e se não há liberação em tempo
290 adequado, não se consegue o visto, gerando circuito de problemas que vão se acumulando um
291 atrás do outro. Outra questão embutida nesta regulamentação é que a USP estava financiando
292 passagens internacionais para alunos de graduação e pós-graduação para participar de eventos e
293 apresentar trabalhos, o que foi questionado pelo Tribunal de Contas, pois eles acreditam que
294 não é função da Universidade fazer isso, recomendando que estas iniciativas sejam transferidas
295 para as agências de fomento e que somente os casos excepcionais sejam analisados pelos
296 órgãos centrais, sem nenhuma garantia de aprovação. Devido a esta portaria, não terei como
297 apoiar os pedidos para que os alunos participem de eventos internacionais.”. Com a palavra, o
298 Prof. Osvaldo Coggiola disse: “Eu acho que esta questão deveria ser levantada no CO, pois ela
299 afeta toda a universidade. Diante de um suposto descontrole constatado pelo Tribunal de
300 Contas, há a centralização completa. Não me parece ser o método mais adequado tomar esta
301 atitude segundo o critério da suspeita. Exigir que a solicitação dos recursos para viagens ao
302 exterior dos alunos de graduação seja feita ao CNPq ou à FAPESP é uma exigência absurda,
303 pois não será concedida. Acho que nem existe linha de recursos para isso. Não haverá mais
304 viagens de alunos da graduação, eles estão fechando a torneira dos recursos. Deveria haver
305 algum tipo de controle estabelecido de maneira transparente. Centralizar tudo na reitoria é
306 impor um critério de arbitrariedade, e já sabemos que as viagens dos alunos não acontecerão

307 mais, os pós-graduandos talvez ainda consigam o auxílio.”. Com a palavra, o Senhor Diretor
308 disse: “O que me incomodou não foi apenas o fato da medida ser limitadora dos recursos que
309 existem, pois eles existem e o que a reitoria está fazendo é impedir a sua utilização, mas o fato
310 de não terem pensado em uma data para o início da execução desta medida. Esperávamos que
311 eles estabelecessem uma data posterior, pois do modo que eles fizeram atrapalha os casos que
312 estão em andamento. Deveriam ter pensado em uma regra de transição, o que não foi feito.”.
313 Ninguém mais desejando fazer uso da palavra, o Senhor presidente passou à **ORDEM DO**
314 **DIA: 1. QUESTÕES TÉCNICAS DE POLÍTICA ACADÊMICA. 1.1. COMISSÃO DO**
315 **REGIMENTO DISCIPLINAR – Apresentação do Relatório de atividades e**
316 **encaminhamento dos trabalhos – Proc. 12.1.1980.8.8.** Com a palavra, o Prof. Ricardo da
317 Cunha Lima disse: “O cerne do que iremos apresentar aqui é a proposta de mecanismos de
318 facilitação do diálogo, mecanismos previstos justamente para evitar situações de conflito como
319 a que ocorreu entre os alunos e o professor Carlos Alberto. Há dois anos a Congregação
320 aprovou a criação de uma comissão para discutir o regime disciplinar e há um ano, mais ou
321 menos, a comissão chegou a um primeiro resultado, que teve inclusive a participação do
322 Diretor Sérgio. Houve proposta de revisão e a comissão passou um pente fino no atual
323 regimento disciplinar, eliminando os pontos mais polêmicos. Porém, a Congregação, no final,
324 achou melhor não revisar, mas elaborar um novo documento que substituísse o atual regime
325 disciplinar. Vou expor os resultados do trabalho que conseguimos durante um ano de trabalho,
326 pois estamos trabalhando desde 25/10/2012, na versão número um de um documento
327 disciplinar normativo, batizado de “manual de convivência”. Temos uma proposta para os
328 diversos problemas existentes na nossa Faculdade. Temos que ter um papel propositivo e
329 atrelar a discussão com a ação para a mudança. O manual de convivência tem todo formato
330 jurídico tradicional, começa com o preambulo, expondo a motivação e as diretrizes dele. Lerei
331 um recorte de trechos do preambulo do documento: ‘Este manual procura ser condizente com o
332 ambiente acadêmico e coerente com o atual estágio de democratização civis do país e
333 fortalecimento das instituições; procura corresponder ao papel de vanguarda científica e
334 cultural desta universidade; reconhece a diversidade como princípio formador da *alma mater*;
335 entende a divergência como elemento salutar das relações acadêmicas; privilegia o diálogo e
336 estimula o entendimento consensual; investe na responsabilização e na conscientização dos
337 membros e dos usuários do espaço universitário; e, finalmente, garante os elementos
338 fundamentais que alicerçam a grandeza da instituição, como a pluralidade de pensamento, a
339 liberdade de expressão e pesquisa, e o esforço para o desenvolvimento científico e social.’. Em
340 seguida nós listamos os documentos inspiradores deste documento, que são: ‘Declaração

341 Universal dos Direitos Humanos (1948); Declarações de Princípios da Associação
342 Internacional de Universidades (1950); Constituição Federal da República Federativa Brasil
343 (1988); Estatuto da Criança e do Adolescente (1990); Código de Ética da Universidade de São
344 Paulo (2001); Estatuto da Juventude (2013).’. Quero chamar a atenção pelo fato do documento
345 ser bastante propositivo. Além dos documentos de inspiração, ele possui base legal, sua
346 proposta se baseia no artigo 207 da Constituição Federal que prevê autonomia administrativa
347 das faculdades. A lei Estadual do processo administrativo prevê no artigo primeiro que ‘esta lei
348 regula os atos e procedimentos administrativos centralizadas e descentralizadas do Estado de
349 São Paulo, que não tenham disciplina legal específica.’. É possível a universidade, com base na
350 própria lei que rege o processo administrativo, formar o seu próprio corpo legal, e ela diz que
351 somente a lei poderá prever infrações ou prescrever sanções. Nas próprias disposições
352 transitórias, no artigo quarto do Estatuto das Disposições Transitórias, está textualmente dito
353 que enquanto não for aprovado o novo regimento disciplinar pela CLR, permanecem em vigor
354 as normas disciplinares estabelecidas no regimento geral da USP, editado pelo decreto nº 52906
355 de 27/03/1972. Há base legal para a nossa proposta. O manual possui um capítulo de princípio
356 e finalidades, hoje apresentaremos os principais: ‘Art 1º: São princípios deste Manual: II – a
357 afirmação do Código de Ética da USP como único instrumento a estabelecer os princípios e as
358 diretrizes do regime disciplinar da Universidade e como carta magna das questões ético-
359 disciplinares no seio da universidade; III – a plena autonomia universitária; VI – a crença no
360 diálogo como mecanismo ideal para a resolução de conflitos; VII – a igualdade de valor, de
361 importância e de direitos fundamentais, do ponto-de-vista ético-disciplinar, entre os membros
362 da comunidade universitária, a despeito das diferenças funcionais, acadêmicas, científicas
363 sociais; XI – a crença na capacidade da USP de conduzir internamente a resolução problemas
364 ético-disciplinares; XV – a defesa de modelos inovadores e métodos alternativos de aplicação
365 Direito.’. Nós nos baseamos no estudo de propostas inovadoras do direito na construção destas
366 diretrizes. O documento possui muitos capítulos-títulos, pois fomos percebendo aos poucos que
367 precisávamos detalhar uma série de aspectos desta normatização. Em todos procuramos ser
368 inovadores, como, por exemplo, nas penalidades o documento prevê medidas educativas, o que
369 é do espírito da universidade. O ponto central da proposta é a criação dos CRCCIs, no qual
370 tanto eles quanto os Conselhos Éticos Disciplinares seriam criados nas unidades, propondo um
371 novo modelo de justiça restaurativa, com formas mais práticas, rápidas e reparadoras. Ao que
372 tudo indica, é melhor para tratar de questões indissolúveis, como nas relações comunitárias,
373 exatamente o que acontece por aqui. Quero que vocês observem o fluxograma (imagem
374 projetada para a congregação), modo como as solicitações serão encaminhadas, procedimento

375 que está escrito detalhadamente no documento, pois possui linguagem bastante técnica e
376 jurídica. O CRCCIs trabalharia com a resolução de conflitos exclusivamente de forma
377 consensual, mas ele tem instrumentos administrativos para uma resolução administrativa, caso
378 não se consiga o consenso. Primeiramente, a resolução de qualquer conflito, até mesmo de uma
379 infração, é analisada pelo CRCCIs, formado em cada unidade, que é dividido em duas turmas,
380 buscando analisar as duas partes do conflito, podendo alcançar a solução consensual antes
381 mesmo da audiência conciliatória, que é outro caminho possível. Caso consigamos a resolução
382 do conflito, há a confecção de um relatório final. Na busca da solução de um conflito, se as
383 partes não chegarem ao consenso, há a confecção de um relatório parcial, mas não temos o que
384 fazer nesta solicitação, e se houver uma infração cometida por um dos membros, evidentemente
385 isso não pode deixar de ser apurado, que será feito por um novo conselho, encarregado
386 especificamente de julgar as situações em que há indícios de infração, retomando os
387 procedimentos de análise do caso, mas que, entretanto, ainda haverá a tentativa de solução
388 conciliatória. A nossa proposta de encaminhamento desta questão para o futuro, o que vai
389 depender da aprovação deste relatório pela congregação, é a seguinte: 1. Enviar-se-ão até
390 25/09/2013 – todos os documentos formulados pela Comissão aos membros da Congregação,
391 especialistas, entidades representativas, Conselhos de Departamentos e à comunidade uspiana;
392 2. Publicação dos documentos formulados através dos site: www.convivencia.fflch.usp.br; 3.
393 Audiências públicas nos anfiteatros do prédio da História e Geografia nas seguintes datas:
394 01/10/2013, 10/10/2013 e 15/10/2013; 4. Sessão extraordinária para a discussão na
395 congregação da versão consolidada do Manual de Convivência no dia 07/11/2013. Elaboramos
396 uma carta de conclusão, da qual eu li uma parte: ‘Se a USP quiser ser coerente com sua
397 história de vanguarda em vários campos que permeiam a vida pública no país, desde a ciência e
398 a tecnologia até questões de ética e sociabilidade, precisa definitivamente revogar o antigo
399 “Regime Disciplinar” e adotar um manual de convivência que, mais do que regular infrações e
400 sanções, tenha como principal objetivo proporcionar uma convivência respeitosa da pluralidade
401 de seus membros e, no caso da existência de conflitos, vise, em primeiro lugar e acima de tudo,
402 ao entendimento e à resolução consensual entre as partes.’. Estamos tão empolgados que
403 elaboramos até um logotipo para o principal órgão que é o CRCCIs.”. Com a palavra, o Senhor
404 Diretor disse: “O documento ainda será lido e discutido, mas eu quero submeter a esta
405 congregação a proposta de encaminhamento, o cronograma de encaminhamento. Quero
406 agradecer à comissão e, independente do destino do documento, temos que ter esta posição
407 prospectiva, a FFLCH deve assumir este papel.”. Com a palavra, o Prof. Adrian Pablo Fanjul
408 disse: “Sugiro que a audiência pública marcada para o dia 01/10/2013 seja alterada, pois neste

409 dia há reunião do CO, na qual será decidido sobre o eleição de reitor, assunto muito importante
410 e que terá toda a atenção da universidade. Para que não haja esvaziamento da audiência, sugiro
411 que vocês mudem a data.”. Após votação, o cronograma de trabalho foi **APROVADO. 1.2.**
412 **REGIMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO, em atendimento ao artigo 33 do regimento –**
413 **REGULAMENTOS DOS SEGUINTE PROGRAMAS:** Filologia e Língua Portuguesa;
414 Geografia Física, Geografia Humana, Língua e Literatura Alemã, Linguística, Literatura
415 Brasileira, Língua, Literatura e Cultura Japonesa, Humanidades, Direitos e Outras
416 Legitimidades, Língua Espanhola e Literaturas Espanholas e Hispano Americana, Estudos
417 Linguísticos e Literários em Inglês, Estudos da Tradução, Teoria Literária e Literatura
418 Comparada, História Econômica, Antropologia Social, Ciência Política, Estudos Linguísticos,
419 Literários e Tradutológicos em Francês, História Social e Literatura Portuguesa. Após votação,
420 o item foi **APROVADO** com 5 abstenções. **1.3. OFÍCIO CIRCULAR GR/302, de**
421 **09/07/2013.** (v. *anexo ofício solicitando envio de manifestações das congregações até o dia*
422 *20.09.2013*) **ENVIADO JUNTO COM A CONVOCAÇÃO PARA A CONGREGAÇÃO.** Com a
423 palavra, o Senhor Diretor disse: “Este assunto foi analisado na última sessão e diz respeito ao
424 ofício enviado pelo reitor para as unidades da USP pedindo que elas se manifestem e
425 apresentem propostas com relação ao processo eleitoral. Na última reunião nos fixamos nos
426 princípios fundamentais, pela transparência do processo eleitoral e pela abertura à comunidade
427 do processo eleitoral, assim como o apelo à realização de consulta indicativa junto à
428 comunidade que permitisse colher, segundo as diversas categorias, quais seriam os candidatos
429 de preferência da comunidade. Fui informado de que os diretores dos campi de Ribeirão Preto
430 e de São Carlos estavam se reunindo em São Carlos para discutir o que seria possível
431 encaminhar por consenso como proposta a ser enviada à secretaria geral, com a intenção de
432 incluí-la na pauta da reunião do CO que vai discutir o processo eleitoral, marcada para o dia
433 01/10. Não pude ir a esta reunião porque presidi uma banca de livre docência nesta data, no
434 entanto cerca de dois dias depois desta reunião de São Carlos, eu recebi a visita da professora
435 Lisete Regina Gomes Arelaro, diretora da FE, que me noticiou sobre os resultados da reunião.
436 Ela disse que há consenso de que nenhum diretor iria aceitar acolher propostas visando
437 reeleição para o cargo de reitor, caso esta iniciativa seja apresentada. Este assunto foi o
438 primeiro que se discutiu e ele foi votado, aprovando a não aceitação de reeleição. Houve
439 discussões a respeito de eleições, proporcionalidade, primeiro e segundo turno, mas não foram
440 firmadas grandes orientações. A professora disse que eles estão tentando marcar a próxima
441 reunião para o dia 04/11 e ela provavelmente vai acontecer na FFLCH. O segundo tema
442 discutido foi se nós deveríamos, ou não, apresentar proposta de mudança regimental para esta

443 próxima eleição. Foi consensual que se deveria apresentar proposta de mudança regimental, e
444 posteriormente foi discutido quais seriam as propostas. A primeira proposta que foi
445 imediatamente votada foi o fim do segundo turno. A segunda proposta foi a ideia de que as
446 candidaturas deveriam ser efetuadas mediante inscrição e com apresentação de proposta escrita
447 pelos candidatos, cabendo para a secretaria geral, através do comitê eleitoral, organizar o
448 processo de inscrição e de acolhida das propostas, assunto que foi praticamente consensual. A
449 terceira questão que foi votada é a questão das chapas, se ela deve ser única ou não, questão
450 que dividiu o colegiado, mas a proposta da criação de chapa venceu por diferença de poucos
451 votos. O argumento para esta proposta segue a ideia de que votando chapa com reitor e vice
452 reitor se evita a negociação de bastidores para a eleição de vice reitor, evitando os problemas da
453 eleição de vice reitor como aqueles que aconteceram na última votação, quando o vice-reitor
454 foi praticamente alijado da administração da universidade, fato que também aconteceu na
455 gestão da Suely. Das pessoas que votaram contra a criação da chapa, o argumento não era o de
456 contrariedade desta proposta, mas o de que não houve tempo hábil para que se discutisse a
457 avaliação das consequências desta proposta. O ponto seguinte foi se haveria ou não eleição
458 direta na comunidade como fator imperativo para a composição da lista tríplice. Isso foi votado,
459 mas teve apenas dois ou três votos, pois algumas das congregações já haviam aprovado
460 indicativo de que apoiariam indicação direta. Feito isso, passou-se aos procedimentos de
461 eleição, quais seriam os colégios eleitorais. Houve uma proposta de Ribeirão Preto que
462 estipulava um colégio eleitoral ampliado e que estabelecia fatores corretivos para evitar o
463 desequilíbrio das unidades que não estão organizadas por departamentos, pois não possuem
464 conselhos departamentais, como é o caso da EACH e de outras três unidades, ou nas unidades
465 que possuem número reduzido de departamentos e, conseqüentemente, de conselhos. Esta
466 proposta foi muito discutida, mas não houve consenso sobre a adoção de fatores corretivos para
467 este momento. Ficou aprovada a ideia de primeiro turno, o colegiado que irá compor a lista
468 tríplice é de primeiro turno, representado pelas congregações, órgãos centrais e CO, ampliando
469 o corpo eleitoral de 120 pessoas para 1800 pessoas. Também foi aprovada por maioria a
470 realização de uma consulta indicativa estratificada segundo as três categorias, mas não foi
471 estabelecido critérios de estratificação porque não houve consenso, pois alguns falavam em
472 paridade e outros falavam em proporção, ficando decidido que isso deveria ser discutido no CO
473 mediante negociações. Foi aprovado que a consulta indicativa não entrasse agora na reforma do
474 estatuto, mas que entrasse como parte do processo eleitoral. O que entra no estatuto é o fim do
475 segundo turno e a eleição com o colegiado do primeiro turno. Procuramos trabalhar com a
476 menor alteração nos estatutos, ampliando o processo eleitoral. Fizemos forte recomendação

477 para que a chapa que venha a ser eleita e indicada para a reitoria assumo o compromisso, já
478 desde a primeira reunião do CO em março, de estabelecer o calendário de mudanças
479 estatutárias visando à ampliação da democratização do poder na universidade, entendendo por
480 isso mudança nas estruturas de poder e mudança no processo de eleição para diretores de
481 unidades. Estas duas questões são indicações, pois elas dependem das unidades pressionarem
482 os candidatos a assumirem publicamente o compromisso nesta direção. Eu me senti honrado de
483 trazer estes diretores para a Faculdade de Filosofia, simbolicamente foi muito importante. Eu e
484 o professor Ignácio Poveda elaboramos uma proposta de mudança regimental e eu elaborei a
485 ata, que foi corrigida e relida. Este documento circulou entre todos os professores que
486 estiveram presentes, assim como entre os diretores que não estiveram presentes. Fizemos um
487 grande esforço para recolher assinaturas no campus da capital e no interior e ao final do
488 processo todos os diretores de unidades, institutos especializados e museus assinaram,
489 contabilizando 50 assinaturas. A única unidade que não assinou foi a Faculdade de Direito, com
490 a justificativa de que eles estão em crise institucional. O professor Magalhães me disse que está
491 de acordo com o teor do documento, mas disse que não assinaria porque ele não quer acirrar
492 conflitos neste momento e não quer que a crise aumente ao assumir uma posição que pode não
493 ser a posição majoritária entre os docentes, discentes e funcionários. Eu respeitei a decisão,
494 pois o argumento é respeitável. O que significa esta situação? Primeiro, os diretores estão
495 mantendo uma estratégia comum de ação no CO, ou seja, o que eles aceitam e o que eles não
496 aceitam. O documento está sendo submetido nas congregações e elas estão votando o
497 documento. Uma ou outra congregação que possui posição muito firme a respeito da eleição
498 direta não está seguindo o documento inteiro. Estou recebendo diversas manifestações das
499 congregações de apoio ao documento. Quero dizer que o documento atende àquilo que
500 firmamos na última congregação e eu gostaria de submetê-lo à consideração deste colegiado.
501 Acredito que ele está muito avançado, já que eu não acreditava que conseguiríamos elaborá-lo
502 com tantos acordos. Ele está longe do que muitos gostariam que fosse o processo, mas para
503 mim tivemos uma grande vitória: primeiro pelo entendimento comum com a grande maioria
504 das unidades; segundo, pelo respeito às diferenças; terceiro, diminuimos a desconfiança e a
505 resistência de muitas unidades a respeito dos procedimentos universais de consulta e de
506 votação. Estamos no começo do processo de construção de uma outra confiança e acredito que
507 podemos vencer. Eu me coloco à disposição para perguntas e eu quero encaminhar, já
508 antecipadamente, o documento à votação.”. Com a palavra, a Profa. Maria Helena Rolim
509 Capelato disse: “Quero louvar a iniciativa da reunião dos diretores e o documento realmente é
510 uma conquista importante e em alguns pontos é até surpreendente, como na questão da não

511 reeleição, o que é fundamental, e a eliminação do segundo turno. O que eu perguntaria é se a
512 mudança estatutária proposta pelo documento não seria ampliada para além do que diz respeito
513 à eleição atual.”. Com a palavra, o Senhor Diretor disse: “Ela poderá se restringir a esta
514 eleição.”. Com a palavra, a Profa. Maria Helena Rolim Capelato disse: “Então eu acredito que
515 deveríamos, logo na sequência, dar continuidade às discussões que verdadeiramente buscam
516 ampliar o colégio eleitoral, discutindo a questão da proporcionalidade. Eu queria saber se
517 nestas reuniões foi falado sobre este assunto e se há disposição para que os diretores continuem
518 se reunindo para discutir estas questões.”. Com a palavra, o Senhor Diretor disse: “A questão
519 da proporcionalidade foi discutida, nos seus diferentes tipos de formatos, voto paritário,
520 proporcionalidade 20+20+60 e proporcionalidade 15+15+70. O professor Flávio Coelho,
521 diretor do Instituto de Matemática e Estatística, fez um argumento que me parece verdadeiro,
522 mas que pode ter sido motivado por questões estratégicas. Ele disse que não havia consenso, o
523 que de fato não havia. Para estabelecer critérios é preciso que saibamos dos seus efeitos e o que
524 se quer alcançar pela adoção destes critérios. Por exemplo, quando pensamos no fator de
525 correção entre os conselhos é preciso articular isso com o aumento da representatividade das
526 categorias, particularmente de discentes e docentes, no colégio eleitoral. É uma engenharia. O
527 argumento dele era de que qualquer critério que for adotado é impreterivelmente um critério
528 político. Qualquer decisão que tomarmos aqui não é neutra cientificamente, ela é uma tomada
529 de posição. Ele argumentou, o que os pares acabaram aceitando, que em última instância
530 podemos ter o voto, mas é possível fazer os cálculos segundo qualquer critério e termos
531 resultados. Isso é sujeito a discussão, pois uma coisa é eu ir votar sabendo qual é o peso do meu
532 voto, outra coisa é eu não saber quanto ele vale, apesar de saber que algum peso ele terá. O
533 bom senso diz que há duas questões negociáveis, e esta negociação irá se fazer possivelmente
534 no colégio eleitoral, que é a questão da chapa e a questão da proporcionalidade, e eu acho bom
535 que seja assim. Esta proposta vem dos diretores e está sendo referendada pelas congregações,
536 mas há outras categorias que precisam ser ouvidas e que certamente possuem suas próprias
537 propostas. Aqui não se trata de que haja vitoriosos e derrotados, precisamos que a questão
538 avance já que todos nós estamos insatisfeitos com as atuais regras do processo eleitoral. O que
539 insistiram muito na reunião é que firmássemos o acordo para que o próximo reitor esteja
540 comprometido com o prosseguimento das mudanças, o que quer dizer que ele proponha um
541 calendário de discussões. Isso foi dito, apesar de não entrar na proposta propriamente dita, mas
542 este comprometimento estará registrado em ata e deve ser cumprido.”. Com a palavra, a
543 funcionária Marlene Petros Angelides disse: “Quero fazer duas perguntas. Nesta reunião foi
544 dito que não será aceita reeleição para reitor e vice. Gostaria de entender se o professor Rodas e

545 o professor Hélio da Cruz poderiam se candidatar aos cargos de vice reitor e reitor,
546 respectivamente?”. Com a palavra, o Senhor Diretor disse: “Sim. Ele tem esse direito, com ou
547 sem chapa.”. Com a palavra, a funcionária Marlene Petros Angelides disse: “A recusa para a
548 reeleição é só para o Rodas como reitor e do Hélio como vice, mas eles podem inverter e
549 concorrer como uma chapa. Na minha opinião não temos novidade com relação ao processo
550 eleitoral.”. Com a palavra, o Senhor Diretor disse: “Não se trata aqui de impedir a candidatura
551 de ninguém. Fizaram esta objeção que você está colocando. É muito estranho para nós que o
552 Reitor tome uma atitude desta. Não podemos criar uma proposta que impede alguém que foi
553 reitor de se candidatar para outro cargo. Um ex-diretor me consultou se seria desconfortável
554 para mim ter como chefe de departamento um ex-diretor da nossa unidade. Eu disse que não
555 havia objeções. Eu acho que é o quadro da Universidade que está formado.”. Com a palavra, a
556 funcionária Marlene Petros Angelides disse: “A outra dúvida é quais foram as unidades que se
557 mostraram favoráveis à eleição direta.”. Com a palavra, o Senhor Diretor disse: “A Faculdade
558 de Saúde Pública, que falou em nome da sua congregação, o professor Ildo Sauer, diretor do
559 Instituto de Eletrotécnica e Energia, e o Instituto Oceanográfico.”. Com a palavra, a aluna
560 Maria Rita Umeno Morita disse: “Gostaria de saber em que medida o documento em questão,
561 assinado pelos diretores das unidades, pode ser propositivo durante o CO de amanhã. Até que
562 ponto este documento que foi assinado por muitos chefes de unidade pode ser de fato uma
563 proposta passível de aprovação no CO. Mais do que uma pergunta, tenho um apelo para fazer
564 aqui. Acho que seria interessante se repetíssemos as rodas de discussões feitas entre os
565 departamento, funcionários, professores e estudantes na época que o CO ia no sentido de
566 aprovar o documento do PIMESP, mas que consideremos outro tempo, pois o nosso tempo é
567 muito curto. Devemos repetir principalmente o que foi dito no indicativo que o documento
568 propõe no final, pela abertura de discussões em favor da redemocratização dos colegiados e do
569 CO nos processos de decisão. O SINTUSP aprovou a proposta de voto universal, assim como a
570 PG também aprovou.”. Com a palavra, o Senhor Diretor disse: “Neste documento os diretores
571 manifestam a probabilidade de se comportarem com está no documento. Eu não posso
572 antecipadamente saber o que vai se passar pela cabeça deles de hoje até primeiro de janeiro. É
573 possível que aqueles que apoiaram o documento digam que repensaram a questão e mudaram
574 de opinião, assim como é possível que aqueles que não apoiaram passem a apoiar. O que é este
575 documento? Ele não é simplesmente uma declaração de voto, ele é o encaminhamento de uma
576 proposta a ser discutida no CO, o que não garante vitória nenhuma. Não podemos sair daqui
577 dizendo que já ganhamos. A vitória foi criarmos uma vontade, expressa no documento, ela que
578 vai se materializar, de fato, nas discussões e nas negociações. Devemos ouvir os outros

579 documentos e saber o que as pessoas têm a nos falar. A política se faz assim. Temos princípios,
580 mas temos que reconhecer que o outro também os tem e que eles podem ter boas ideias. O
581 documento não é imperativo, ele é mais de organização. A sensação dos diretores era que
582 chegaríamos em 01/10 totalmente desorganizados, cada um pensando de um certo modo
583 distinto. Precisávamos de um eixo, de um norte, para que na hora pudéssemos discutir. Fiquei
584 impressionado porque as áreas que normalmente nos opõem, como as áreas de licenciatura e
585 tecnológicas, se mostraram muito favoráveis. As pessoas estão entendendo que é hora de
586 mudanças, mas uma comunidade como a USP quer mudanças com cautelas. Isso não representa
587 a vontade de todos, mas representa a vontade de uma parte significativa da comunidade. Temos
588 uma proposta que pode ou não ser vencedora.”. Com a palavra, o Prof. Osvaldo Coggiola disse:
589 “A proposta que foi tirada na reunião dos diretores é a de ampliar a decisão final a respeito da
590 composição da lista tríplice, o que hoje conhecemos como coleginho e que compreende 200
591 pessoas, para um colégio de 2000 pessoas, arredondadamente. Teremos 10 vezes mais pessoas
592 votando. A outra cifra que devemos levar em conta é que a USP é composta por 6 mil
593 professores, 17.500 mil professores e em torno de 90 mil alunos, compondo um montante de
594 aproximadamente 113 mil pessoas. Duma comunidade de 113 mil pessoas, apenas 2 mil votam.
595 As duas intenções devem ser levadas em conta. De um lado temos um progresso em relação a
596 situação anterior, de outro lado este progresso ainda é pequeno em relação ao colégio total que
597 poderíamos ter. Em segundo lugar, isso se refere apenas à eleição do reitor, enquanto o debate
598 sobre as estruturas de poder não diz respeito apenas à eleição do reitor. Quando discutimos a
599 proporcionalidade, 70 +15+15, 60+20+20 ou 1/3+1/3+1/3, não se discute apenas o método de
600 eleição do reitor, mas a composição dos órgãos colegiados, pois não adiantaria nada ter um
601 sistema mais democrático se se mantiver os colegiados na proporção anterior. Democratização
602 se dá pelo conjunto e não apenas por meio de um aspecto. Agora estamos discutindo apenas a
603 eleição para reitor porque temos urgência, já que temos que bater o martelo até o dia 01/10. O
604 terceiro aspecto que precisamos levar em conta é que não há apenas a movimentação por parte
605 dos diretores diante desta questão, o que é novidade, mas há movimentação por parte das
606 entidades, que se posicionaram da seguinte maneira: Adusp, DCE e APG são favoráveis à
607 eleição direta e paritária, ou seja, o colégio eleitoral se amplia universalmente, todos votam, e
608 os votos são ponderados por proporção de 1/3+1/3+1/3 para cada categoria, acabando aí a
609 eleição, não há lista tríplice; o Sintusp propõe o voto universal, ou seja, um homem, um voto.
610 Não vou entrar no mérito destas discussões ou sobre as proporções, pois, até agora, temos
611 quatro posições distintas. Esta congregação não vai bater o martelo sobre esta questão, pois
612 poderíamos nem chegar nela. Pessoalmente eu estou comprometido pela votação direta e

613 paritária e eu estou comprometido por mais motivos do que se pode imaginar, em primeiro
614 lugar porque sou de Córdoba, Argentina, cidade que inaugurou a reforma universitária em 1918
615 e pela primeira vez se estabeleceu o governo tripartite da universidade. Naquele momento não
616 entravam os funcionários, e sim os professores, os alunos e os colégios de graduados. Isso foi
617 implementado há 95 anos, estamos discutindo com um século de atraso em relação com a
618 minha gloriosa cidade. Em segundo lugar por eu ter votado e defendido esta proposta no
619 terceiro e quarto congressos da USP. Defendo esta posição pois acho que seria muito
620 democrático por parte desta congregação que esta posição fosse submetida a votação,
621 conjuntamente com o documento dos diretores, que, reconheço, representa um avanço em
622 relação com a situação existente. Eu estimo que votar entre estes documentos não seja
623 contraditório, pois a posição que visa diretas paritárias estará na reunião do CO no dia 01/10
624 porque várias congregações votaram neste sentido e vão defender esta posição no CO, portanto,
625 sabendo que esta posição vai estar na pauta do CO, devemos nos posicionar em relação a ela,
626 que, além do mais, é a posição que eu defendo. Em segundo lugar, antes do posicionamento das
627 unidades que atualmente defendem esta posição, já havia uma moção neste sentido, depositada
628 na secretaria geral do CO por 25 membros do CO, incluindo convocatória imediata do CO que
629 finalmente foi convocado para o dia 01/10. Se não for feita a reunião neste dia, a USP estará na
630 ilegalidade, porque após esta data passarão os três meses do último encontro. Não podemos
631 votar por isso e votar, se esta proposta for derrotada, na proposta dos diretores, incluindo a
632 ponderação do peso de cada categoria na consulta. Não vou entrar na questão da consulta, mas
633 nós aqui da Faculdade de Filosofia temos este tipo de consulta, que é comunicada oficialmente,
634 como sucedeu nas eleições do Adorno e da Nitrini. Foi constatado enorme decréscimo de
635 participação, especialmente dos alunos, ao se constatar que a consulta possui mero valor
636 indicativo. Na última eleição tivemos baixíssima participação dos alunos, pois este tipo de
637 votação não entusiasma o setor mais numeroso da universidade que são os alunos. Vai
638 acontecer isso num universo mais amplo? Não podemos saber. Podemos votar pela paridade
639 efetiva, mas caso esta proposta for rejeitada pelo CO, podemos votar pela ponderação
640 consultiva, que evidentemente possui apenas importância simbólica, porque os votos serão
641 computados por categoria, e cada categoria poderá fazer as contas que melhor entender. Eu
642 gostaria que a proposta de diretas paritárias que será apresentada ao CO também seja votada
643 por aqui.”. Com palavra, o aluno Camilo Henrique Fernandes Martin disse: “A questão
644 colocada hoje é muito importante, mas ela chega com um pouco de atraso. Cabe a mim apenas
645 apresentar a posição dos alunos e reafirmar o que foi dito pelo professor Coggiola acerca da
646 proposta de diretas paritárias que será apresentada ao CO. O DCE está protocolando neste

647 momento na reitoria o nosso projeto que será discutido a partir dos nossos RDs no CO. Acho
648 que cabe demarcar que a USP é a universidade mais antidemocrática do país, e ela faz passar,
649 da forma mais corrente possível, as políticas do PSDB, da qual tivemos o exemplo no primeiro
650 semestre pelo projeto do PIMESP que só tem feito avançar a elitização da universidade. Neste
651 sentido, muito ao contrário do que foi apresentado pelo professor Adorno, a proposta dos 50
652 diretores não representa em nada a opinião dos alunos e dos trabalhadores da universidade, pois
653 mais uma vez estamos sendo retirados da participação e do processo decisório desta
654 universidade. É importante chamar a atenção de que a proposta deste suposto avanço não exige
655 a aplicação da lei de diretrizes e bases na proporção que por ela foi colocada. As propostas
656 mínimas que foram apresentadas não vão ser incorporadas ao regimento, o que faz com que sua
657 utilização esteja sujeita ao sabor das conjunturas que se passam aqui na universidade. Por fim, é
658 importante não perdermos de vista o que se passa na universidade hoje. A proposta elaborada
659 pelos diretores pouco ou nada tem a ver com os anseios da maioria da universidade e a
660 congregação deve votar com consciência disso. O Magalhães não votou na proposta não foi por
661 acaso. As várias mobilizações que se desenvolvem hoje na USP a partir de pautas específicas
662 logo se enfrentam contra os diretores da estrutura de poder da universidade, é assim no Direito,
663 na EACH e na FAU. Queria chamar a atenção pois parece que o conjunto da burocracia da
664 universidade não estava acordado no mês de junho, portanto, neste sentido, queria fazer um
665 apelo à proposta feita pelo professor para que esta congregação se posicione em relação a
666 proposta que será exposta no CO sobre o voto paritário, direto e com o fim da lista tríplice, já
667 que em algum momento teremos que tomar esta decisão. Temos que dizer as coisas como elas
668 são, o processo que vem sendo dirigido a partir da FFLCH com os 50 diretores, nos marcos do
669 que a movimentação é hoje na universidade, é um desserviço à democratização da estrutura de
670 poder dentro da universidade, cumprindo papel reacionário ao defender esta proposta no CO. É
671 importante que isso seja dito. Dia primeiro de outubro não será um dia tranquilo, pois está
672 marcado um ato do Sintusp, da Adusp, da APG e do DCE. É importante que esta congregação
673 saiba da decisão que está tomando, pois nós, que nos colocamos na vanguarda, seremos
674 defensores de um retrocesso.”. Com a palavra, o Senhor Diretor disse: “Este tipo de ameaça é
675 um desserviço à democracia. O colegiado tem autonomia para decidir o que é bom e o que é
676 melhor, independentemente do que seja reacionário, conservador ou seja lá o que for. Eu não
677 vou aceitar que as pessoas decidam aqui encostadas na parede. Eu aprendi aqui nesta
678 universidade a ter coragem cívica, porque estive aqui na época da ditadura e não tive medo de
679 enfrentá-la mesmo sabendo que poderia ser preso, torturado e banido. Não posso admitir que as
680 pessoas votem sob ameaça.”. Com palavra, o aluno Camilo Henrique Fernandes Martin disse:

681 “Eu aprendi aqui, infelizmente, que os professores não votam conjuntamente com os alunos e
682 com os funcionários, quem decide é uma maioria de professores e isso é bastante ruim, isso não
683 é democracia e é disto que estamos cansados. Não houve ameaça, foi expressão de uma opinião
684 política. E se você defende a autonomia, aqui eu expressei politicamente a quem vai servir esta
685 proposta dos diretores, que é um desserviço ao processo de democratização e é reacionária”.
686 Com a palavra, o Senhor Diretor disse: “Você pode dizer isto no momento que você quiser,
687 mas você não pode encostar os conselheiros desta congregação na parede, deixando-os
688 acuados. Eu não vou permitir este tipo de atitude.”. Com palavra, o aluno Camilo Henrique
689 Fernandes Martin disse: “Eu também sou conselheiro deste espaço e posso dizer o que eu quero
690 dizer. Eu represento uma categoria. Eu expressei uma opinião política. Voce não tem o direito
691 de dizer o que os estudantes devem ou não dizer.”. Com a palavra, o Senhor Diretor disse:
692 “Você é conselheiro, mas não tem o direito de ameaçar as pessoas. Você não expressou
693 simplesmente uma opinião política, você ameaçou e utilizou a violência contra a autonomia
694 deste colegiado.”. Com palavra, o aluno Camilo Henrique Fernandes Martin disse: “Que
695 violência eu utilizei?”. Com a palavra, o Senhor Diretor disse: “O modo como você está
696 falando. Eu não vou permitir que este colegiado vote acuado.”. Com palavra, o aluno Camilo
697 Henrique Fernandes Martin disse: “Isso é uma vergonha. Eu expressei uma opinião política e
698 você está manobrando para que a minha opinião seja desqualificada. Você será denunciado
699 diante dos estudantes, dos funcionários e dos professores. Você será denunciado politicamente.
700 Este órgão é muito antidemocrático. Você está coagindo quem está aqui dentro expressando a
701 sua opinião. Eu disse o que foi deliberado nos nossos fóruns e você não tem o direito de dizer
702 isso.”. Com a palavra, o Senhor Diretor disse: “Você acabou de se denunciar. Eu respeito os
703 alunos, mas não aceito que quem quer que seja venha até aqui para coagir. Você pode expressar
704 a sua opinião e dizer que a opinião do outro é conservadora e reacionária. Eu disse que este
705 documento é de diretores, não disse que ele é de toda a comunidade, estou sendo bem claro.
706 Vocês e a Adusp também estão apresentando propostas, não há problemas quanto a isso. O que
707 você está fazendo é dizer para nós que seremos culpados das consequências por aceitar esta ou
708 aquela proposta.”. Com palavra, o aluno Camilo Henrique Fernandes Martin disse: “O que eu
709 fiz foi uma avaliação do documento, um ponto de avaliação do documento.”. Com a palavra, a
710 Profa. Valéria de Marco disse: “Temos que discutir com paixão, mas também de modo sereno.
711 Independente da avaliação do resultado, é louvável e importante que isto tenha acontecido, pois
712 isso manifesta ao menos um movimento de tensão e resistência daqueles que também foram
713 nomeados pelo poder central, às vezes, respeitando as vontades das suas respectivas
714 congregações, e outras não. Eu acho que isto é uma movimentação importante e que devemos

715 ter responsabilidade política de não desprezar este gesto. Este documento não significa
716 compromisso absoluto dos diretores que assinaram o documento, ele é fruto deste momento de
717 um processo de forte disputa política e acho importante vê-lo assim, pois ele não possui poder
718 de contrato, poder este que apenas o reitor possui, o que pode ser visto pela portaria baixada
719 pelo reitor que suspende todas as práticas acadêmicas das diferentes pró-reitorias. É isso que
720 estamos vendo nos últimos dias. Eu entro nesta discussão como quem entra em qualquer jogo
721 político. O julgamento ético, para mim, é com a responsabilidade de defender procedimentos
722 republicanos, porque estamos em uma universidade pública, mantida pelo dinheiro da
723 república, questão fundamental que deve pautar a nossa discussão e atuação. Respeito todas as
724 diferenças, e a minha diferença fundamental em relação à proposta feita pelo Coggiola ou a
725 proposta das diretas é uma avaliação de conjuntura. Em 1981 eu estava em um grupo de 15
726 professores que lançou a bandeira de diretas para reitor. As federais e a ANDES não tinham
727 esta bandeira, ela nasceu aqui na USP. A minha posição política é, agora, de ver a conjuntura
728 que nós estamos, em que o conjunto dos professores, dos alunos e dos funcionários, nem sequer
729 está informada do que está acontecendo. Vou fazer uma proposta de encaminhamento de
730 votação porque quero que discutamos na nossa congregação estratégias de votação das
731 propostas no CO, pois isto é uma questão muito importante naquele cenário. É bom lembrar,
732 para quem não conhece, que cada membro do CO tem o direito de falar apenas uma vez por
733 assunto, e apenas durante cinco minutos. É bom lembrar também que este documento está
734 assinado por 50 diretores e que o CO possui 118 membros. Está muito claro que ou temos
735 razões e argumentos defensáveis publicamente e academicamente, ou nós não teremos
736 argumentos para a discussão pública no CO. Eu gostaria de propor que apoiássemos o
737 documento que está e estabelecendo a proporção na consulta. Quero lembrar que a consulta
738 paritária está na mesa do CO, por iniciativa da Adusp e dos estudantes, que protocolaram a
739 proposta. A Adusp também recuou na sua proposta de eleição direta, que ela sempre defendeu,
740 porque ela entende que a atual conjuntura é outra, por isso ela não conseguiu a assinatura dos
741 funcionários a apoiarem o documento que foi protocolado no CO, recolheu apenas a assinatura
742 dos estudantes. Estamos acostumados a ouvir que a USP é pelega, mas eu não estou
743 preocupada com este julgamento, e sim com a construção de uma expressão política, eficaz e
744 clara do que quer a comunidade, por isso eu vou defender a emenda do documento, colocando
745 uma proporção. Eu não quero entrar em uma consulta sem saber qual é a expressão política que
746 ela terá na divulgação dos resultados. Quero clareza. Os votos serão divulgados por categoria,
747 como é prática na nossa Faculdade. Os nossos diretores, desde João Alexandre Barbosa, foram
748 eleitos paritariamente, feita pela própria congregação. Temos acatado a consulta paritária, feita

749 pela própria congregação. Temos esta história. Eu não quero apostar em uma crise política
750 maior, eu quero apostar na lisura dos procedimentos. Não há como promover processo
751 consultivo sem saber o que cada voto vale e representa. Farei uma analogia. Tanto na eleição
752 do Lula quanto na da Dilma, São Paulo não votou por estes candidatos, o que é uma expressão
753 política importante, mudando o cenário político nacional, independentemente de levarmos isso
754 em conta ou não. Apesar de ser voto universal, esta situação revela opções políticas que a
755 república deve considerar. Então, numa eleição em que o voto é de diferentes categorias, com
756 diferentes funções na universidade, umas mais permanentes e outras mais passageiras,
757 precisamos sim estabelecer uma proporção. Quem defende eleições diretas, defende a paridade.
758 Nós que estamos defendendo a consulta também devemos definir uma proporção, o que é
759 respeito ao eleitor e transparência da eleição e do processo eleitoral. Encaminho que votemos
760 uma emenda neste sentido, assim como também deveríamos votar que o CO promova
761 discussão do estatuto, segundo um cronograma que tenha uma data limite. Dado o complicado
762 da conjuntura, poderemos cobrar isso dos candidatos se tivermos consulta, se não tivermos, eu
763 não sei. O meu candidato será quem propuser a descentralização, refortalecimento das
764 unidades, por um lado, e há questões gerais da universidade que eu quero ver nas propostas dos
765 candidatos, como prioridades de investimentos, que devem ser discutidos no CO.”. Com a
766 palavra, o Prof. Bráilio João Sallum Junior disse: “Quero parabenizar os diretores em geral,
767 mas principalmente o professor Adorno, pela liderança desta formação de ação coletiva lá no
768 CO pelos diretores. Queria sinalizar a importância disso. É verdade, como nos disse o
769 Coggiola, que nós aumentamos de 200 para 2000 o número de votantes. Acredito que não se
770 trata apenas de ter aumentado o número de votantes, mas sim da elevação do número de
771 votantes e a eliminação do segundo turno reduz enormemente a capacidade do reitor de usar e
772 manipular um conjunto de estratégias para fazer o seu sucessor. Isso é uma revolução na
773 USP. Estamos seguidamente vendo eleições para reitor das quais o reitor em exercício
774 consegue fazer o seu sucessor, e só não aconteceu desta vez porque o governador decidiu não
775 fazer a vontade da reitora Suely. Esta operação é realmente significativa para nós. Pelas
776 conversas que tivemos com as pessoas do conselho, certamente entrará em vigor na próxima
777 gestão a eliminação do direito do Reitor de escolher o diretor das unidades a partir de lista
778 tríplice, o que vai reduzir brutalmente a centralização do poder na universidade, situação que
779 tem se acentuado na nossa instituição USP. O que estamos propondo aqui é apenas um passo,
780 mas um passo extremamente importante para a vida na universidade. Em segundo lugar, eu
781 gostaria de salientar que uma das decisões tomadas pelos diretores era não acolher, em
782 qualquer hipótese, propostas de reeleição para reitor ou vice-reitor. É verdade que isso já está

783 no estatuto, mas ao incluir isso como primeiro item da proposta feita pelos diretores, eles
784 disseram indiretamente ao reitor para que ele não tente alterar o estatuto em benefício próprio.
785 Proponho que a gente aprove inteiramente isso.”. Com a palavra, o aluno Gabriel Luis Scheffer
786 Regensteiner disse: “Já foi falado aqui como as entidades se posicionam frente às estruturas de
787 poder e ao mecanismo de escolha de dirigentes dentro da USP. APG, DCE, Adusp e Sintusp já
788 discutiram com as suas bases e todos são a favor da eleição direta, ainda que o Sintusp não seja
789 a favor da paridade e do voto universal. Seguindo a linha do que foi falado, é importante que a
790 FFLCH se posicione sobre a proposta de eleição direta paritária, pois ela vai ser colocada no
791 CO. Queria chamar a atenção para um ponto que não foi colocado aqui, que é a questão da lista
792 tríplice. Tinha a impressão de que a lista tríplice era unanimemente aceita por esta congregação
793 como uma afronta à autonomia universitária. Ainda que esta questão esteja para além das
794 decisões do CO, o que demanda um projeto na ALESP, caso consigamos fazer uma articulação
795 política para enfrentar a lista tríplice, com manifestação contrária a ela por parte do CO,
796 teríamos um peso político grande, e a lei pode vir depois. Na FE existe um arranjo político, não
797 institucionalizado, para que haja eleição direta, os professores se comprometem a não assumir
798 caso o professor mais votado não seja o escolhido pelo reitor, segundo a lista tríplice que ele
799 recebe. As quatro categorias que atuam dentro da universidade há bastante tempo vêm
800 colocando esta proposta e ainda não conseguimos avançar para um colégio eleitoral mais
801 representativo, perpetuando a atual crise de legitimidade dos dirigentes, como teve na última
802 gestão de reitoria. Caso não mudemos o mecanismo de escolha, devemos pelo menos fazer uma
803 forte pressão a partir da FFLCH que, acredito, não reflete a consciência média do resto da USP,
804 caso contrário continuaremos com esta crise de legitimidade. Assim, é importante discutirmos a
805 proposta de diretas paritárias, já discutida anteriormente. Pelas discussões, observei que há
806 discordâncias quanto à proporcionalidade, mas sobre a eleição direta eu tive a impressão que é
807 o caminho comum e que a USP deve passar, como já aconteceu nas federais sem que elas
808 perdessem qualidade. Temos que levar para o CO a questão das diretas paritárias e colocar a
809 questão da lista tríplice.”. Com a palavra, o Prof. Rodrigo Monteferrante Ricupero disse: “Em
810 primeiro lugar, para esclarecimento, a proposta da Adusp é eleições diretas e paritárias e, numa
811 fase de transição, consulta com a inclusão do primeiro colocado na lista tríplice? Queria
812 destacar que se fizemos um pequeno retrospecto dos eventos ocorridos na universidade nos
813 últimos anos, 2007, 2009 e 2012, caso não esteja enganado, anteciparam, me parece, os eventos
814 de 2013 que ocorreram no país, juventude nas ruas questionando as estruturas de poder e forma
815 de estrutura política, e é isso que está colocado. Ou enfrentamos a estrutura de poder na
816 universidade, ou continuaremos com estas frequentes mobilizações que tentam, paulatinamente,

817 romper com a estrutura de poder, o que não é apenas um problema da forma de eleição
818 existente. O CO tem algum poder, mas a reitoria passa ao largo dele, o CO não discute as
819 grandes questões da universidade. A reitoria só manda ao CO o que é estatutário, o que ela não
820 precisa passar pelo CO, ela não passa. Temos que enfrentar isso. Discordo da professora
821 Valéria, eu acho que a conjuntura é a das mais favoráveis e, talvez, ela não continue assim.
822 Depois de junho e julho, esta proposta dos diretores me parece um erro. Em maio talvez a
823 proposta fosse um progresso, mas em agosto ela já não é mais. A minha opinião é a de que esta
824 proposta, em essência, é uma pintura nova na estrutura antidemocrática da universidade.
825 Abrimos mão do segundo turno, mas continuamos com a estrutura antidemocrática. O consenso
826 elencado pelo Adorno me parece um consenso recuado, excessivamente. Sinceramente, eu
827 prefiro estar fora deste consenso. Para votar com 80% do CO sobre uma proposta tão recuada,
828 eu prefiro perder. A bandeira que alguns não querem levantar, eu quero levantar, eu quero
829 manter a proposta de eleição direta e paritária, o que é fundamental para mexer na estrutura de
830 poder. Eu prefiro perder no CO com a bandeira das diretas do que me dissolver na massa da
831 burocracia, defendendo o fim do atual segundo turno. Essa é a questão prática que está
832 colocada aqui. Votar a proposta dos diretores é se dissolver e abrir mão do papel que a nossa
833 faculdade historicamente cumpre na universidade. Devemos manter a nossa posição de lutar
834 pela democratização e não ceder ao falso consenso, o que preserva a estrutura tal como ela está,
835 apenas por pequenas mexidas. Todas as vezes que estamos em crise alguém do CO propõe o
836 fim do segundo turno, como foi há quatro anos atrás.”. Com a palavra, o Prof. Cícero Romão
837 Resende de Araújo disse: “Eu quero defender o encaminhamento proposto pela professora
838 Valéria e parabenizar a iniciativa do nosso diretor, o professor Adorno, na sua articulação com
839 os demais diretores de unidade da USP. Quero dizer que estou feliz pelo documento aprovado
840 pelos diretores convergir absolutamente com a proposta aprovada na última reunião da
841 congregação, proposta que levava em conta a defesa de dois princípios básicos para a sucessão
842 da reitoria, ou seja, abertura à participação e transparência, consubstanciadas com propostas
843 que combinavam a consulta da comunidade com a eliminação do segundo turno. Fiquei
844 surpreso que os diretores de unidades tenham sido convencidos destas noções, e eu acredito que
845 o papel do professor Adorno tenha sido fundamental. Gostaria de lembrar que esta iniciativa se
846 deu porque esta congregação, na última reunião, tinha feito a seguinte avaliação política: o
847 dirigente máximo desta universidade tinha, deliberadamente, produzido um vazio institucional,
848 preservando-o até o seu limite, levando à instabilidade do processo sucessório. A nossa
849 congregação, diante desta avaliação política, considerou essencial que a nossa unidade em
850 concerto com as outras unidades pudesse produzir um outro espaço alternativo, evitando a

851 estratégia de esvaziamento institucional que está em curso. Este espaço não pretende falar com
852 o reitor, mas quer falar com a universidade e especialmente com o CO. O documento que foi
853 produzido pelos diretores fez surgir um novo ator político, paradoxalmente, já que a intenção
854 era produzir um vazio e perpetuá-lo assim. A movimentação dos professores está pautando o
855 processo decisório. Quero salientar o que significa essa nova disposição, e não são os diretores
856 de unidades, individualmente, mas a ação coletiva produzida pelos diretores em articulação
857 com os seus colegiados. O que que está saindo daí? A direção federativa desta universidade
858 vem há anos sendo recalçada porque o poder de centro, essa estratosfera, acaba produzindo,
859 induzindo uma ação de submissão das unidades em relação aos recursos de poder e materiais
860 que o centro possui. Em torno do centro gravita uma série de grupos, dos mais diversos
861 interesses e tendências, fazendo com que a dinâmica federativa da nossa universidade fique
862 completamente esvaziada. O ator coletivo criado pelos diretores não possui apenas importância
863 momentânea, mais importante ainda é o que ela gera para o futuro, qualquer que seja a decisão
864 tomada por este coletivo, ela será apenas um primeiro passo para uma movimentação no
865 sentido de reformar muito mais profundamente a estrutura de poder da universidade. Qualquer
866 forma de eleição que se adotar hoje será superficial em comparação com a mudança mais
867 profunda que deve ser criada mais à frente. Não podemos nos enganar, qualquer reitor que for
868 eleito atualmente é um déspota em potencial. Como dissemos na última congregação, não
869 queremos esta figura na administração central, independentemente de qual for a sua orientação
870 ideológica, esquerda ou direita. A proposta que foi encaminhada vai na direção correta e
871 devemos estimular este ator novo, retirando a polaridade do centro, do reitor ou da ação direta
872 dos movimentos. Durante anos esta universidade tem sido capturada por esta dinâmica. Espero
873 que a partir desta eleição possamos nos dirigir neste sentido. Eu não só encaminho
874 favoravelmente este documento, porque ele delibera o que expressamos na última congregação,
875 mas também porque ele implica uma nova direção que deve ser fortalecida, pois este ator
876 coletivo é muito frágil e está submetido às mais diferentes pressões até o momento do processo
877 decisório. Para que esta proposta seja vitoriosa na universidade, ela deve passar por uma
878 mudança estatutária, o que requer uma aglutinação de forças muito grande. Acredito que
879 apenas uma grande aliança poderá proporcionar a mudança estatutária e se os movimentos
880 associativos querem mudança real, no sentido de dar o primeiro passo para depois aprofundar, a
881 aliança deve atrair o voto da representação estudantil, dos representantes docentes e do diálogo
882 com a Adusp. Estive, aqui, em debate com o professor Chico Miraglia e ele nos disse
883 explicitamente que a Adusp era a favor da consulta, mais do que até a proporcionalidade,
884 porque ela proporcionará um grande impacto ao processo de abertura à participação. Minha

885 proposta é, seguindo o que a Valéria sugeriu, votar o apoio ao documento dos diretores e,
886 depois, fazer as especificações em relação à consulta.”. Com a palavra, o aluno Fabio Roberto
887 Lucas disse: “Para reforçar o que foi deliberado na última assembleia do dia 11/09 dos alunos
888 da pós-graduação da capital. Nela foi decidido pela eleição direta e paritária pelas três
889 categorias da universidade; extinção da lista tríplice para reitor e diretores de unidade; os
890 candidatos a reitor devem, necessariamente, ter chapa para se candidatar, composta de reitor e
891 vice-reitor; todas as chapas devem obrigatoriamente apresentar plano de governo dentro do
892 prazo mínimo de 90 dias; os pró-reitores devem ser eleitos pelos respectivos colegiados de que
893 são presidentes; todo e qualquer docente vinculado à universidade pode se candidatar a reitor e
894 vice reitor. Diante de tudo isso, iremos apoiar a proposta do professor Coggiola.”. Com a
895 palavra, o Prof. André Roberto Martin disse: “Os embargos infringentes realmente são
896 polêmicos. Tivemos agora esta discussão, recolocando um tema que há pouco esteve na agenda
897 do STF. Devemos votar com nossa consciência ou devemos atender o clamor das ruas? Em
898 torno da questão do reitor, estamos certamente envolvidos numa questão que possui várias
899 nuances, mas todos concordam com a democratização do processo. Pelo que eu entendi da
900 proposta dos diretores, ela vai numa direção realista de ir até onde é possível de chegar. O que
901 devemos ver é se ela ficou muito tímida, e pode avançar mais um pouco, ou se ela deve ir desta
902 maneira. Eu proporia que pensássemos se a questão da consulta pode ser incluída no sentido de
903 definir a lista tríplice, mantendo os colégios como elemento decisivo na hora da escolha. A
904 preocupação com relação à consulta é correta, pois quando ela permanece estéril é uma
905 frustração muito grande. Queremos democratizar e fazer uma consulta que não vale? É
906 importante que se introduza um mecanismo de manifestação mais direta do conjunto da
907 comunidade. Eu sou favorável a colocar no documento os anseios dos dois grupos, daqueles
908 que querem manter uma certa cautela e ir até onde é possível, e daqueles outros, representados
909 principalmente pelo movimento estudantil, que quer ter a sua voz ouvida, o que é muito justo.
910 Eu proponho que a consulta sirva para definir a lista tríplice.”. Com a palavra, a Profa.
911 Rosangela Sarteschi disse: “A fala da Valéria me instigou, por isso pedi a palavra, mas já me
912 sinto convencida. Ela expôs a posição histórica da Adusp, que é eleição direta e paritária, mas
913 que neste momento, dada a conjuntura, havia a ideia da consulta pela qual caberia, ao vencedor,
914 compor a lista tríplice. Outra coisa, o que parte da Adusp, e eu concordo com o professor
915 Coggiola, pois este documento elaborado pelos diretores, leia-se titulares, é um movimento que
916 começou por grupos descontentes com o encaminhamento dado pelo reitor para a eleição há
917 dois ou três meses. Para mim, este documento representa pouquíssimo avanço. Temos mais
918 que uma proposta, a proposta que está aqui não é apenas para ser ou não aprovada, temos a

919 proposta da consulta e da eleição direta.”. Com a palavra, a funcionária Marlene Petros
920 Angelides disse: “Quero lembrar que os funcionários possuem proposta, eleição direta com
921 voto universal e estatuinte livre e soberana. Particularmente, eu já imagino qual será o resultado
922 do processo eleitoral, acho que teremos a recondução do reitor Rodas via vice-reitoria, ao
923 formar uma chapa com o Hélio Cruz para reitor, o que será desastroso e não temos como
924 impedir isso. Por isso, sou favorável, como foi decidido no congresso dos trabalhadores, a
925 eleição direta com voto universal.”. Com a palavra, o Prof. Adrian Pablo Fanjul disse: “Penso
926 que é muito importante dar relevância à consulta, como disse o André, mas eu acho que apenas
927 o primeiro colocado da consulta deve entrar para a lista tríplice, não compondo-a inteiramente.
928 Acredito ser importante que a consulta conste no regimento. Eu fiquei espantado, e eu participo
929 do CO, quando vi a confluência de pessoas que tenho visto há dois anos votarem da maneira a
930 mais subserviente sobre tudo que vinha da reitoria, votaram de modo irreflexivo inclusive
931 quando o tema envolvia prejuízo para alunos e professores das suas respectivas unidades. Não
932 posso, Cícero, encontrar este júbilo republicano e ver um ator coletivo. Na realidade, se houver
933 este ator, diria para tomar cuidado com ele, porque estamos diante da reitoria mais violenta e
934 mais antidemocrática que eu já vi. Vejo estas pessoas imbuídas de espírito democrático, só
935 faltando soltar gritos de que o povo acordou. Não vejo que o documento seja um avanço,
936 acredito que avanço seria realizarmos a consulta, exigência que está dada quando observamos o
937 momento do país. É um absurdo, como presenciei sair das bocas de alguns professores titulares,
938 acharem que não deve haver qualquer tipo de consulta, chegando ao absurdo de acharem que
939 professor não deve votar, logo aqueles que constroem a universidade. Há professores que se
940 manifestaram previamente a favor da consulta, como é o caso da nossa unidade. Acho que esta
941 confluência é evidentemente oportunista e acredito ser muito arriscado que caiamos numa nova
942 república oligárquica que conduzirá os caminhos da USP para a felicidade. A maneira de reagir
943 a isso é tentarmos incluir a consulta como mecanismo assumido pela universidade e que ela
944 insira o candidato mais votado na lista tríplice. Precisamos, também, levar uma proposta de
945 proporcionalidade, na minha opinião, deve ser a de paridade, mas se esta não passar, tudo bem,
946 levamos outras propostas, como a 60+20+20, como na Unicamp. Temos que saber o que os
947 nossos representantes do CO irão propor. Queria que a proposta de eleição direta não ficasse
948 desconhecida, por mais que eu acredite que ela não passe no CO.”. Com a palavra, a Profa. Ana
949 Fani Alessandri Carlos disse: “Foi falado da questão da conjuntura favorável e contrária para se
950 discutir as eleições diretas e paritárias, bandeira histórica da FFLCH. Gostaria de fazer duas
951 observações. Primeiro, caso a conjuntura não seja favorável, a universidade não deve
952 abandonar esta bandeira, pois ela tem papel de vanguarda diante da sociedade. Caso seja

953 favorável, a universidade não pode caminhar na direção contrária, pois isso significa ficar atrás
954 do que a sociedade está esperando. Em qualquer uma das duas conjunturas, a universidade não
955 deve abandonar as bandeiras das eleições diretas e paritárias. Achei muito interessante o
956 documento que foi confeccionado pela pós-graduação, poderíamos colocá-lo em votação.”.
957 Com a palavra, o Senhor Diretor disse: “Vou colocar o assunto em votação. Acho que o assunto
958 foi bastante discutido e eu entendo que há duas propostas, a dos diretores, com a possibilidade
959 de acrescentar a questão da proporção, e a outra proposta, a do professor Coggiola. Farei a
960 votação separadamente, primeiro o documento dos diretores mais o acréscimo, depois a
961 proposta do Coggiola.”. Com a palavra, a Profa. Valéria de Marco disse: “Houve diversas
962 manifestações para votarmos a proposta de eleição paritária. Eu proponho que votemos ela em
963 primeiro lugar porque, eventualmente, aqueles que nela votam podem também votar na
964 seguinte. Eu não acho que devamos votar uma contra a outra. Proponho que votemos a
965 proposta dos estudantes e do Coggiola, depois a proposta de emendar a proposta dos diretores
966 com a consulta, proposta feita por mim, depois colocamos a questão da proporção e o
967 documento dos diretores. Entendo que não necessariamente aqueles que são a favor da eleição
968 direta deixariam de votar numa consulta.”. Com a palavra, o Prof. Cícero Romão Resende de
969 Araújo disse: “Acho que há uma decisão política que diz respeito às iniciativas que o nosso
970 diretor tomou, tendo em vista o que foi aprovado na última reunião que tivemos aqui na
971 congregação. Temos que pronunciar que apoiamos a iniciativa e o documento aprovado pelos
972 diretores, dizendo que estamos juntos ao diretor da nossa unidade, no sentido deste
973 encaminhamento. Isso será dito se aprovarmos ou reprovamos o documento dos diretores. Eu
974 proponho que nós aprovemos este documento, mas em seguida especificamos qual vai ser a
975 proporção da consulta, e assim por diante. É importante termos este pronunciamento, o que é
976 um movimento político, pois ele diz respeito à ação de representação do nosso diretor.”. Com a
977 palavra, a aluna Maria Rita Umeno Morita disse: “Acredito que esta congregação não é
978 formada apenas por um diretor. Houve várias manifestações no sentido de avaliar qual foi a
979 proposta elaborada na reunião dos diretores, que é muito louvável, já que eles se propuseram a
980 discutir a reelaboração do colégio de eleição para reitor, mas de qualquer forma o corpo da
981 congregação não é apenas o diretor, o que é observado pelas distintas propostas que ela colocou
982 hoje. A proposta dos diretores é uma das propostas de um dos membros do colegiado, que é o
983 diretor.”. Com a palavra, o Senhor Diretor disse: “Concordo com o que você diz, mas devo
984 lembrar que eu não sou representante, eu sou presidente da congregação.”. Com a palavra, o
985 Prof. Yuri Tavares Rocha disse: “Quero um esclarecimento. O professor Cícero está nos
986 lembrando que na última congregação decidimos por um documento e a partir deste documento

987 o presidente da congregação encaminhou o que por nós foi decidido. O nosso presidente não
988 tirou estas propostas da sua cabeça, mas também isso não nos impede de mudarmos de opinião
989 e esquecermos as outras propostas que surgiram hoje aqui. Temos que lembrar que já
990 decidimos por estas questões aqui na congregação. Se ficarmos patinando, passará outubro,
991 novembro, e não chegaremos a nenhuma decisão. Temos que agregar as novas questões aos
992 encaminhamentos.”. Com a palavra, o Prof. Ricardo da Cunha Lima disse: “Não estamos
993 conseguindo chegar no consenso nem da ordem do que votaremos. Acho que a inversão da
994 ordem prejudica a avaliação do documento na medida em que é estranho a congregação aprovar
995 a defesa da eleição direta e depois disso aprovar o apoio ao documento. No documento dos
996 diretores não há menção a consulta.”. Com a palavra, o Senhor Diretor disse: “Temos dois
997 documentos. No documento da proposta de mudança regimental não há a menção a consulta,
998 mas na ata da reunião ela está presente, pois a consulta não fará parte da mudança regimental.”.
999 Com a palavra, o Prof. Cícero Romão Resende de Araújo disse: “Vou ler o que está escrito:
1000 ‘Haverá previamente ao processo eleitoral consulta indicativa junto a comunidade uspiana’.”.
1001 Com a palavra, o Prof. Osvaldo Coggiola disse: “Eu vou fazer a proposta para que todas as
1002 propostas que foram expostas aqui sejam votadas separadamente. Isso pode parecer ilógico,
1003 pois uma proposta pode excluir a outra, mas quando isso ocorrer, devemos votar uma contra a
1004 outra. Irei fazer uma observação sobre esta lógica. O que estamos votando aqui? Estamos
1005 votando a posição da Faculdade de Filosofia. Apenas isso. Assim como os diretores votaram
1006 uma posição, conforme um fórum que se autoconvocou. Nossa posição não vai alterar os votos
1007 do CO, pois, como diz a democracia, cada membro do CO vota como a sua consciência manda.
1008 As propostas que vou elencar são, para min, as mais importantes: diretas para reitor, sem que
1009 precisemos entrar no mérito da proporcionalidade; documento apresentado pelos diretores para
1010 mudança estatutária, e como a consulta faz parte do documento, ela deve ser votada
1011 conjuntamente com ele; emenda proposta ao documento pela professora Valéria, na qual a
1012 consulta estabeleça uma proporcionalidade; qual seria esta proporcionalidade, já que a Valéria
1013 não a especificou; a consulta deve indicar um membro da lista tríplice, proposta apresentada
1014 pela Rosângela, que é da Adusp. Proponho que todas estas propostas sejam votadas pelos sim e
1015 não, embora isso possa parecer ilógico, já que uma se contrapõe a outra. Porém, isso é apenas a
1016 posição da nossa congregação, ela é a nossa opinião acerca de como a eleição deveria ser.”.
1017 Com a palavra, a Profa. Valéria de Marco disse: “ Se temos algum consenso aqui, ele é sobre a
1018 ampliação da participação. Por isso, acho que devemos votar as propostas no sentido das que
1019 menos excluem para as que excluem mais, no sentido de includentes ou não. Por isso propus
1020 uma ordem para a votação. O encaminhamento do Coggiola contempla todas as propostas, o

1021 que eu entendo é que não necessariamente quem perde uma das propostas deixa de votar nas
1022 outras. Eu estava tentando fazer uma comunhão, das propostas mais abrangentes até as que vão
1023 restringindo o colégio eleitoral. Acho que esse deve ser também o encaminhamento do CO.”.

1024 Com a palavra, o Senhor Diretor disse: “A proposta da Valéria é de que votemos primeiro a
1025 eleição direta para reitor, passando para a consulta com a proporcionalidade (esta proposta
1026 contempla a eleição direta, e com a aceitação de que o primeiro indicado da lista componha a
1027 lista tríplice), depois o documento dos diretores e, posteriormente, a sua proposta de emenda ao
1028 documento dos diretores.”. Após votação, tivemos o seguinte resultado: 1) Eleição Direta para
1029 Reitor: 24 votos favoráveis, 15 votos contrários, 01 abstenção; 2) Consulta com
1030 proporcionalidade, com o primeiro indicado da consulta como membro indicado da lista
1031 tríplice: 26 votos favoráveis, 4 votos contrários, 6 abstenções; 3) Documento dos Diretores: 24
1032 votos favoráveis, 4 votos contrários, 10 abstenções; 4) Documento dos Diretores com emenda
1033 a consulta de proporcionalidade: 29 votos favoráveis, nenhum voto contrário, 8 abstenções.

1034 Com a palavra, o Senhor Diretor disse: “Por este resultado, a proposta vencedora foi a 4,
1035 proposta da Valéria, documento dos diretores com a ementa de acréscimo da
1036 proporcionalidade.”. Com a palavra, o Prof. Osvaldo Coggiola disse: “No meu entendimento,
1037 as propostas não foram votadas uma contra as outras. As quatro tiveram votação favorável,
1038 portanto as quatro são vencedoras.”. Com a palavra, o Senhor Diretor disse: “Os documentos
1039 são opostos, uns falam de eleição direta, outros de indireta. Eu vejo que há uma proposta
1040 vitoriosa. Quem votou pela eleição direta, pela lógica, não poderia votar no documento dos
1041 diretores.”. Com a palavra, o Prof. Rodrigo Monteferrante Ricupero disse: “No meu
1042 entendimento você pode ter por princípio a eleição direta, mas votar taticamente em outra
1043 proposta. É uma negociação possível.”. Com a palavra, o Senhor Diretor disse: “O CO não
1044 funciona assim, não é pela tática de guerrilha. A proposta tem que ser realista, temos que
1045 discutir o que pode ser viável para se propor para aquele conselho. Não posso ficar imaginando
1046 guerra de posições.”. Com a palavra, o Prof. Adrian Pablo Fanjul disse: “Gostaria que as
1047 posições não fossem desqualificadas. Eu já ouvi hoje sobre guerrilhas e sobre aluno que foi
1048 chamado de violento por falar de uma mobilização. Para mim não há nenhum problema em que
1049 conste quais foram os resultados de cada item votado. Isso não quer dizer que os representantes
1050 da congregação tenham que tomar uma posição específica, eles são livres para tomar a posição
1051 que quiserem. Não podemos dizer que nesta congregação não houve votação na qual certo
1052 número de pessoas se manifestou a favor da eleição direta, outra se manifestou contra, mas a
1053 que foi favorável foi maior do que a que foi contra. Tenho para mim que tivemos quatro
1054 votações diferentes.”. Com a palavra, o Senhor Diretor disse: “Estou de acordo com você,

1055 Adrian. Peço desculpas por ter me excedido em minhas palavras. O que quero dizer é que o
1056 jogo no CO é muito difícil, tenho que ser realista, não posso chegar por lá achando que serei
1057 estrategista. Tenho que ter uma proposta e devo avançá-la. Acho que o que eu estou
1058 encaminhando vai no sentido de que este foi o resultado, pois esta proposta foi a mais votada, a
1059 do documento dos diretores com emenda. Agora temos que votar a proporcionalidade, que é
1060 decorrência desta proposta.”. Com a palavra, o Prof. Cícero Romão Resende de Araújo disse:
1061 “Eu vou defender que a posição da faculdade seja a de que se exponham os resultados da
1062 votação em cada categoria e que haja a totalização da votação segundo dois critérios; o
1063 primeiro é a proporção relativa ao número de pessoas aptas a votar em cada categoria; o
1064 segundo é o peso específico para cada categoria em relação ao número de votos válidos obtidos
1065 por cada um dos candidatos. A proposta do peso específico vai no sentido de se abrir a uma
1066 negociação, proposta que deve encaminhar um limite para a proporção que se vai definir. As
1067 proporções devem respeitar o seguinte parâmetro: não ser superior a 70% para a categoria
1068 docente; não ser inferior a 15% para a categoria discente (graduação e pós-graduação); não ser
1069 inferior a 15% para a categoria dos servidores administrativos. A minha proposta vai no sentido
1070 da congregação proporcionar negociação e que ela deve respeitar que a proporção não pode ser
1071 menor do que a proporção que é definida pela LDB. O diretor deve ir à negociação com o
1072 espírito de acertar a proporção que reúna maior consenso para a aprovação de uma proposta no
1073 CO, segundo o que estes limites definem. A minha proposta é que estabeleçamos um patamar.
1074 Vocês lembram que no debate com o professor Chico que tivemos aqui, ele apresentou a ideia
1075 de que esta conta deve levar em consideração o número total de pessoas aptas a votar em cada
1076 categoria, o que não é o mesmo que o número de votos válidos. Eu proponho estes dois
1077 critérios para que o diretor leve como proposta aos membros do CO.”. Com a palavra, o Prof.
1078 Oswaldo Coggiola disse: “Farei uma explicação técnica sobre a proposta do Cícero. O que ele
1079 está propondo é que o voto ponderado de cada categoria seja equivalente à proporção dos
1080 indivíduos aptos a votar e os que votaram efetivamente na categoria. Vou dar um exemplo.
1081 Suponhamos que dos 6000 docentes, apenas 2000 votaram, o que equivale a 30% do total, e
1082 que os estudantes votantes foram de 10%, e os funcionários votantes foram 10%. Assim, fica
1083 $30\% + 10\% + 10\% = 50\%$, o que equivale a dizer que o peso dos votos é de, respectivamente,
1084 $60\% + 20\% + 20\% = 100\%$. Porém, independentemente de qual é o percentual que votou, os
1085 professores não podem ultrapassar o percentual de 70% do total, e os funcionários e alunos não
1086 podem ter percentual inferior a 15% do total, cada um.”. Com a palavra, o Prof. Cícero Romão
1087 Resende de Araújo disse: “Na proposta da Adusp, como foi exposto no debate feito aqui, foi
1088 dito que dos 6 mil funcionários, 90 mil alunos e 17 mil funcionários, o professor Chico propôs

1089 que a proporção seja de 90 mil sobre 6 mil para os docentes, 90 mil sobre 90 mil para os
1090 discentes e 90 mil sobre 17 mil para os funcionários. Além disso, se for paritário, será 1+1+1;
1091 se for com outra proporção, poderá ser, por exemplo, 70/100 + 15/100 + 15/100. O índice que
1092 vai totalizar o voto é a soma disso tudo e além do peso específico de cada categoria, você tem o
1093 peso relativo pelo número de votantes. O que significa que quando você tem uma base grande e
1094 você quer ponderar isso tem efeito na soma, ficando evidente que além da ponderação da
1095 proporção (70+15+15), os docentes têm a vantagem pelo fato de eles serem em número menor
1096 de membros entre as três categorias. Assim, no fundo, como ressaltou o professor Chico, cada
1097 voto docente tem um peso maior do que os outros, e por isso ele disse que a proposta era
1098 conservadora. Por isso que eu propus que o peso não possa ultrapassar 70% para os docentes, e
1099 não possa ser inferior a 15% para cada uma das demais categorias, negociando em cima disso,
1100 segundo aquilo que possa reunir maior força para aprovação da emenda no CO.”. Com a
1101 palavra, o Prof. Osvaldo Coggiola disse: “Independentemente do número de votantes de cada
1102 categoria, cada voto docente é multiplicado por 15, cada voto dos funcionários é multiplicado
1103 por 5,14 e cada voto de aluno é multiplicado por 1. Se tivermos esta proporção, quer dizer que
1104 cada docente equivale a 15 alunos. Eu gostaria que fosse assim na sala de aula, mas
1105 infelizmente cada docente equivale a 90 alunos. O que o Cícero está nos propondo é que haja
1106 uma porcentagem mínima, para os funcionários e alunos, e máxima, para os professores, para
1107 que o número de votantes não influencie nos casos em que houver muita discrepância na
1108 quantidade de eleitores.”. Com a palavra, o Prof. Cícero Romão Resende de Araújo disse: “Esta
1109 proposta coloca em questão a capacidade de mobilização de cada categoria na consulta, para
1110 que o resultado vá numa direção ou em outra. Se os estudantes quiserem influir no processo,
1111 eles terão que mobilizar a sua categoria, os funcionários e docentes a mesma coisa.”. Com a
1112 palavra, a aluna Thais Regina Pavez disse: “Eu quero propor a paridade.”. Com a palavra, o
1113 Senhor Diretor disse: “Temos duas propostas, a da paridade, que não faz distinção do número
1114 de votantes, pois cada uma das categorias vai responder por 1/3 da proporção do voto final, e a
1115 do professor Cícero, que leva em consideração a participação de cada categoria e a
1116 proporcionalidade mínima e máxima para cada categoria, máxima de 70% para os professores e
1117 mínima de 15% para cada uma das demais categorias, o que não me impede de tentar articular,
1118 no momento da reunião do CO, uma maior participação das categorias dos alunos e do
1119 funcionários, o que vai depender da situação política de uma maior capacidade de vitória da
1120 proposta no momento da reunião, podendo até contemplar a possibilidade de paridade entre as
1121 categorias.”. Após votação, a proposta de paridade teve: 15 votos favoráveis, 16 votos
1122 contrários e 4 abstenções; a proposta que estipula que o peso da categoria docente não deve ser

1123 superior a 70 % ; o da categoria discente não deve ser inferior a 15%; e o da categoria dos
1124 servidores técnicos administrativos não deve ser inferior a 15% teve: 22 votos favoráveis, 11
1125 contrários e 03 abstenções. Assim, a proposta vencedora e que será levada ao CO é a proposta
1126 do professor Cícero, mas fica estipulado que o diretor deve tentar contemplar o máximo de
1127 representação das categorias, que é a paridade entre elas. **2. RECURSO – CONCURSO**
1128 **PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE UM CARGO DE PROFESSOR DOUTOR, NO**
1129 **DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA, ÁREA DE TEORIA E MÉTODO DA**
1130 **GEOGRAFIA** (Edital FFLCH/FLG nº 014/2013 de 28/03/2013 - Proc. 2013.1.868.8.0). A
1131 Professora Doutora **ANA CRISTINA MOTA SILVA** solicita, em grau de recurso, a **anulação**
1132 do concurso acima citado. Parecerista: Prof. Dr. Álvaro de Vita – DCP. Após votação secreta, o
1133 parecer contrário ao recurso foi **APROVADO** por 37 votos, contra 5 votos favoráveis ao
1134 recurso, 4 votos brancos e 2 votos nulos. **3. RELATÓRIO FINAL – CONCURSO**
1135 **DOCENTE – votação secreta. 3.1.** Concurso público para provimento de um cargo de
1136 Professor Doutor, no Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, área de Língua e
1137 Literatura Grega, conforme Edital FFLCH/FLC nº 020/2013 publicado em 24/04/2013 (Proc.
1138 13.1.1595.8.8). (v., *anexo, cópia do relatório final da Comissão Julgadora do citado concurso,*
1139 *realizado de 26 a 28 de agosto de 2013, tendo sido aprovada a candidata **Luise Marion***
1140 ***Frenkel***). Após votação, o relatório final foi **APROVADO** por 43 votos favoráveis. **3.2.**
1141 Concurso público de títulos e provas visando à obtenção do título de Livre Docência no
1142 Departamento de Geografia, área de Sensoriamento Remoto Aplicado à Geografia, conforme
1143 Edital FFLCH nº 007/2013 publicado em 26/02/2013 (Proc. 13.5.239.8.0). (v., *anexo, cópia do*
1144 *relatório final da Comissão Julgadora do citado concurso, realizado de 26 a 28 de agosto de*
1145 *2013, tendo sido habilitado o Professor Doutor **Ailton Luchiari***). Após votação, o relatório
1146 final foi **APROVADO** por 43 votos favoráveis. **3.3.** Concurso público para provimento de um
1147 cargo de Professor Doutor, no Departamento de Filosofia, disciplina de Estética, conforme
1148 Edital FFLCH/FLF nº 006/2013 publicado em 28/03/2013 (Proc. 12.1.5561.8.0). (v., *anexo,*
1149 *cópia do relatório final da Comissão Julgadora do citado concurso, realizado de 02 a 05 de*
1150 *setembro de 2013, tendo sido aprovado o candidato **Oliver Tolle***). Após votação, o relatório
1151 final foi **APROVADO** por 43 votos favoráveis. **3.4.** Concurso público para provimento de um
1152 cargo de Professor Doutor, no Departamento de Geografia, área de Teoria e Método da
1153 Geografia, conforme Edital FFLCH/FLG nº 014/2013 de 28/03/2013 (Proc. 2013.1.868.8.0).
1154 (v., *anexo, cópia do relatório final da Comissão Julgadora do citado concurso, realizado de 02*
1155 *a 06 de setembro de 2013, tendo sido aprovado o candidato **César Ricardo Simoni Santos***).
1156 Após votação, o relatório final foi **APROVADO** por 43 votos favoráveis. **4. CONCURSO**

1157 **DOCENTE – EXAME FORMAL DA DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA PELO(S)**
 1158 **CANDIDATO(S) NO ATO DA INSCRIÇÃO PARA CONCURSO DOCENTE,**
 1159 **ACEITAÇÃO DE INSCRIÇÃO EM CONCURSO E COMISSÃO JULGADORA –**
 1160 **votação secreta. 4.1.** Concurso público para provimento de um cargo de Professor Titular, em
 1161 RDIDP, MS-6, no Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, **disciplina Línguas**
 1162 **Indígenas do Brasil**, conforme Edital FFLCH/FLC n°. 035/2012, publicado em 19/12/2012.
 1163 (Proc.: 12.1.5471.8.0) **4.1.1. EXAME FORMAL** - Relator: **Prof. Dr. Elias Thomé Saliba**
 1164 **(DH) – PARECER FAVORÁVEL 4.1.2.** O candidato **Eduardo Almeida Navarro** apresenta
 1165 requerimento de inscrição para o concurso acima. Após votação, o requerimento foi
 1166 **APROVADO** por *41 votos favoráveis e 2 votos contrários*. **4.1.3. O DLCV** sugere para
 1167 compor a Comissão Julgadora do citado concurso, os nomes dos Profs. Drs.: Titulares: Maria
 1168 Cristina Salles Altman (DL-FFLCH, Titular) = 43 votos, Bruno Fregni Bassetto (DLCV-
 1169 FFLCH, Titular, aposentado) = 38 votos, Irineu Bicudo (UNESP – Rio Claro, Titular) = 40
 1170 votos, Helmut Troppmair (UNESP – Rio Claro, Titular) = 42 votos e Neuza Maria Oliveira
 1171 Barbosa Bastos (Universidade Mackenzie, Titular) = 38 votos. Suplentes: Maria Aparecida
 1172 Barbosa (DL-FFLCH, Titular, aposentada) = 1 voto, João Azenha Júnior (DLM-FFLCH,
 1173 Titular) = 4 votos, Rachel Gazolla de Andrade (PUC-SP, Titular) = 7 votos e Luiz Roberto
 1174 Alves (Universidade Metodista de São Paulo, Titular) = 2 votos. **4.2.** Concurso público de
 1175 títulos e provas visando à obtenção do título de Livre-Docente no Departamento de Letras
 1176 Clássicas e Vernáculas, **área de Literatura Portuguesa, opção nº 1 – Literatura Portuguesa**
 1177 **da Idade Média à Contemporaneidade**, conforme Edital FFLCH nº 028/2013 de 22.06.2013
 1178 (Prot.: 13.5.910.8.4). **4.2.1 EXAME FORMAL** - Relator: **Fernando de Magalhães de**
 1179 **Papaterra Limongi (DCP) – PARECER FAVORÁVEL 4.2.2.** A candidata **Flávia Maria**
 1180 **Ferraz Sampaio Corradin** apresenta requerimento de inscrição para o concurso acima. Após
 1181 votação, o requerimento foi **APROVADO** por *42 votos favoráveis e 0 contrário*. **4.2.3. O**
 1182 **DLCV** sugere para compor a Comissão Julgadora do citado concurso, os nomes dos Profs.
 1183 Drs.: Titulares: João Roberto Gomes de Faria (DLCV-FFLCH, Titular) = 41 votos, Marli
 1184 Quadros Leite (DLCV-FFLCH, Livre-Docente) = 37 votos, Maria Lúcia Dal Farra (UFS,
 1185 Titular) = 40 votos, Maria Heloísa Martins Dias (UNESP – São José do Rio Preto, Livre-
 1186 Docente) = 41 votos e Maria Cristina Castilho Costa (ECA-USP, Livre-Docente) = 40 votos.
 1187 Suplentes: Profs. Drs. Ieda Maria Alves (DLCV-FFLCH, Titular) = 4 votos, Helder Garmes
 1188 (DLCV-FFLCH, Livre-Docente) = 4 votos, Mayra Rodrigues Gomes (ECA-USP, Titular) = 3
 1189 votos e Jorge Fernandes da Silveira (UFRJ, Titular) = 5 votos. **4.3.** Concurso público de títulos
 1190 e provas visando à obtenção do título de Livre-Docente no Departamento de Letras Clássicas e

1191 Vernáculas, **área de Literatura Portuguesa, opção 6: Literatura em Português**
 1192 **Contemporâneo (séculos XX e XXI)**, conforme Edital FFLCH nº 028/2013 de 02.07.2013
 1193 (Prot.: 13.5.911.8.0). **4.3.1. EXAME FORMAL** - Relator: **Prof. Dr. Fernando de Magalhães**
 1194 **de Papaterra Limongi (DCP) – PARECER FAVORÁVEL** **4.3.2.** A candidata **Mônica**
 1195 **Muniz Souza Simas** apresenta requerimento de inscrição para o concurso acima. Após
 1196 votação, o requerimento foi **APROVADO** por *43 votos favoráveis e 0 contrário*. **4.3.3. O**
 1197 **DLCV** sugere para compor a Comissão Julgadora do citado concurso, os nomes dos Profs.
 1198 Drs.: Prof. Dr. Hélder Garmes (DLCV-FFLCH, Livre Docente) = 41 votos, Mário César
 1199 Lugarinho (DLCV-FFLCH, Livre Docente) = 40 votos, Jorge Fernandes da Silveira (UFRJ,
 1200 Titular) = 41 votos, Maria Lúcia Dal Farra (UFS, Titular) = 41 votos, Eneida Leal Cunha
 1201 (PUC-Rio, Titular) = 37 votos. **Suplentes:** Maria Célia Pereira Lima-Hernandez (DLCV-
 1202 FFLCH, Livre-Docente) = 4 votos, Elza Assumpção Mine (DLCV-FFLCH, Livre-Docente,
 1203 aposentada) = 1 voto, Maria Heloísa Martins Dias (UNESP – São José do Rio Preto, Livre-
 1204 Docente) = 6 votos, Paulo Elias Allane Franchetti (UNICAMP, Titular) = 4 votos. **4.4.**
 1205 Concurso Público para provimento de um cargo de Professor Doutor, em RDIDP, ref. MS-3 no
 1206 Departamento de Letras Modernas, **área de Língua Espanhola e Literaturas Espanhola e**
 1207 **Hispano-Americana, disciplina de Língua Espanhola**, Conforme Edital FFLCH/FLM nº.
 1208 026/2013 de 02/07/2013 (Proc.: 12.1.3334.8.6). **4.4.1. EXAME FORMAL** - Relatora: **Profa.**
 1209 **Dra. Mary Anne Junqueira (DH) – PARECER FAVORÁVEL** **4.4.2.** Os candidatos
 1210 **Marcelo de Barros Ramalho, Egisvanda Isys de Almeida Sandes, María Rebeca Ramírez**
 1211 **Ramírez, Sandra Trabucco Valenzuela, Silvana Mabel Serrani e Ivani Cristina Silva**
 1212 **Fernandes** apresentam requerimento de inscrição para o concurso acima. Após votação, os
 1213 requerimentos foram **APROVADOS** por *41 votos favoráveis e 0 contrário*. **4.4.3. O DLM**
 1214 sugere para compor a Comissão Julgadora do citado concurso, os nomes dos Profs. Drs.:
 1215 **Titulares.** Adrián Pablo Fanjul (DLM-FFLCH, Doutor) = 40 votos, Neide Therezinha Maia
 1216 González (DLM-FFLCH, Doutora, aposentada) = 40 votos, Maria Aurora Consuelo Alfaro
 1217 Lagorio (UFRJ, Doutor) = 41 votos, Maria Onice Payer (UNIVAS, Titular) = 40 votos, Xoán
 1218 Carlos Lagares Diez (UFF-RJ, Doutor) = 41 votos. **Suplentes:** Fátima Maria Tevês Cabral
 1219 Bruno (DLM-FFLCH, Doutora) = 4 votos, Monica Ferreira Mayrink O’Kuinghttons (DLM-
 1220 FFLCH, Doutora) = 2 votos, Silvia Etel Gutiérrez Botaro (UNIFESP, Doutora) = 4 votos e
 1221 Rosa Yokota (UFScar, Doutora) = 3 votos. **5. COMISSÃO DE GRADUAÇÃO –**
 1222 **RECURSOS. 5.1.** O Sr. **Airtom Marquezini Júnior** solicita em grau de 2º recurso à
 1223 Congregação, reconsideração na sua reprovação por frequência exarada pelo Prof. Dr. Carlos
 1224 Alberto Ribeiro de Moura na disciplina História da Filosofia Contemporânea II, cursada no 2º.

1225 Semestre de 2011, no curso de Filosofia. (Proc. 10.1.3145.8.7) (*anexos enviados junto com a*
1226 *convocação*) **5.2. O Sr. Eduardo Augusto Guimarães** solicita em grau recurso à
1227 Congregação, alteração de sua frequência exarada pelo Prof. Dr. Carlos Alberto Ribeiro de
1228 Moura na disciplina História da Filosofia Contemporânea II cursada no 2º. Semestre de 2011,
1229 no curso de Filosofia. (Proc. 09.1.4815.8.4). (*anexos enviados junto com a convocação*) **5.3. O**
1230 **Sr. Maicol Martins de López Coelho** solicita em grau de recurso à Congregação, alteração de
1231 sua frequência exarada pelo Prof. Dr. Carlos Alberto Ribeiro de Moura na disciplina História
1232 da Filosofia Contemporânea II cursada no 2º. Semestre de 2011, no curso de Filosofia. (Proc.
1233 12.1.315.8.0). (*anexos enviados junto com a convocação*). Com a palavra, o Senhor Diretor
1234 disse: “Temos que votar os três recursos. Podemos votá-los em bloco, ou podemos destacar e
1235 votá-los separadamente.”. Com a palavra, o Prof. Ricardo Ribeiro Terra disse: “Tenho uma
1236 questão de ordem. Falarei da maneira mais pausada possível para que a transcrição da minha
1237 fala seja a mais fiel possível nas atas, pois dependendo do resultado da reunião de hoje,
1238 pretendo usar das atas para informar ou pedir recurso ao CO ou ao Ministério Público. A
1239 decisão que for tomada sobre o curso ministrado pelo professor Carlos Alberto Ribeiro de
1240 Moura será de grande importância para o futuro desta faculdade. Para ter o mínimo de justiça,
1241 eu proponho o adiamento de qualquer decisão e a instalação de uma comissão de sindicância ou
1242 de auditoria para analisar, primeiro, todas as listas de presença dos alunos dos diversos cursos
1243 da faculdade durante a greve; segundo, auditoria das listas de presença dos professores,
1244 assinadas pelos chefes de departamento durante a greve; terceiro, análise das modalidades e a
1245 qualidade das aulas de reposição; quarto, estudo sobre os atos de violência praticados por
1246 alunos grevistas contra professores e alunos que não aderiram à greve. Eu proponho que
1247 montemos uma comissão para analisar estes aspectos, na qual a transparência dos
1248 procedimentos deve ser fundamental. Assim, poderemos ver o caso particular diante de uma
1249 análise de toda a faculdade. Para que todos possam analisar os fatos, acho importante a
1250 divulgação de todos os documentos que dizem respeito ao caso apreciado, alguns deles foram
1251 divulgados aos professores, deveríamos divulgar os textos em que o professor Carlos Alberto se
1252 defende. Ele, professor titular, intelectual exemplar e corajoso, docente da USP há 40 anos,
1253 deve ter a possibilidade de defesa contra as patrulhas ideológicas desta faculdade. Peço que
1254 votemos a minha questão de ordem antes que adentremos à discussão, pois acredito que ela
1255 pode prejudicar a discussão.”. Com a palavra, a aluna Maria Rita Umeno Morita disse:
1256 “Primeiramente, eu fui membro do centro acadêmico na época das reprovações desta disciplina.
1257 Eu me lembro que os estudantes entraram com recursos, eles vieram para a congregação,
1258 depois eles voltaram novamente para o departamento, ou seja, já houve a disposição do

1259 departamento de filosofia enquanto os recursos estavam sendo votados aqui. Na congregação
1260 os recursos iam no sentido de aprovar os estudantes com as frequências, mas o departamento
1261 recuou e pediu para que o assunto voltasse ao departamento, na tentativa de que o departamento
1262 resolvesse a questão internamente, e caso ele não conseguisse resolvê-lo, os recursos voltariam
1263 à congregação para que eles fossem votados mais uma vez. Formar uma comissão seria adiar
1264 mais uma vez a decisão, seria mais uma vez voltar e colocar panos quentes sobre a questão, na
1265 qual um professor ministrou um curso com menos aulas do que é permitido para que um curso
1266 seja válido e, além do mais, ele computou aulas enquanto ele estava fora do país. Eu acho que
1267 temos que votar estes recursos hoje e, adiantando, a bancada discente vai se movimentar no sentido
1268 de que, se alguns estudantes forem aprovados nesta disciplina, com relação às presenças que
1269 forem porventura computadas, nós pediremos isonomia para toda a turma. Acho que a questão
1270 de ordem é votar estas decisões nesta congregação e não voltar, mais uma vez, a colocar panos
1271 quentes sobre a questão.”. Com a palavra, a aluna Thais Regina Pavez disse: “Quero reforçar a
1272 questão de ordem levantada pela nossa colega, porque na última congregação esta questão ia
1273 ser votada, ela estava no aditamento da pauta, mas a congregação entendeu, pela sua
1274 importância, que ela deveria ser adiada para a próxima reunião, compondo a ordem do dia, pois
1275 ela deveria ser votada sem mais prolongamentos.”. Com a palavra, o Senhor Diretor disse:
1276 “Temos que votar a questão de ordem, pois ela bloqueia tudo, e a partir dela vemos o que
1277 faremos.”. Com a palavra, o Prof. Rodrigo Monteferrante Ricupero disse: “Gostaria de saber se
1278 esta comissão possui um prazo para ela funcionar.”. Com a palavra, o Senhor Diretor disse:
1279 “Pelo estatuto, toda comissão tem um prazo para funcionar, que é de 60 dias, com possibilidade
1280 de prorrogação.”. Com a palavra, o aluno Leonardo Octavio Belinelli de Brito disse” “Eu
1281 gostaria de saber em que sentido isso mudaria o quadro já estabelecido, pois este caso vem
1282 sendo debatido há muito tempo pela congregação. Houve a defesa do professor, tivemos o
1283 posicionamento do presidente da comissão de graduação, assim como houve o parecer
1284 circunstanciado de um membro da congregação. O tema já foi discutido. Gostaria de saber em
1285 que sentido a proposta do Terra ajudaria a resolver a questão.”. Com a palavra, o Prof. Ricardo
1286 Ribeiro Terra disse: “Eu acho que esse é um processo político e seria muito importante
1287 comparar esta situação com a atitude dos outros departamentos. Como estamos examinando as
1288 listas de presença e a questão em causa é a recuperação e as aulas suplementares, seria
1289 importante a comparação entre os cursos e a análise do comportamento dos chefes de
1290 departamento e das listas de presença dos demais cursos. Com esta comparação, teríamos o
1291 diagnóstico da faculdade e poderíamos apreciar com mais justiça este caso específico. É claro
1292 que há o parecer, do qual eu tenho sérias dúvidas sobre a sua conclusão. Este parecer tem um

1293 caráter claramente político. Foi escolhido, não sei por quem, um professor que possui nítidas
1294 posições políticas sobre o caso, e será interessante analisar os critérios de escolha para o
1295 parecerista, pois o diretor é da Letras, a comissão é da Letras, que indicou um professor da
1296 Letras, e a intervenção é sobre uma questão do departamento de filosofia. Será muito rico para
1297 o caso específico se compararmos a atitude de todos os departamentos. Aumentar a
1298 transparência só seria proveitoso para nossa faculdade.”. Com a palavra, o Prof. Daniel Strum
1299 disse: “Eu tenho a impressão de que a primeira proposta é extemporânea, ela caberia num
1300 momento anterior, pois senão seria o caso de abriremos sindicância para vestibular, para
1301 concursos públicos e para todas as notas, acho que temos que ter critério de atuação. Acho que
1302 ela pode ser positiva se propositiva, criar uma comissão que disponibilize critérios de como
1303 atuar em situações extremas, como o professor deve agir nestas circunstâncias, aí esta proposta
1304 seria temporânea, propondo ações para o futuro. Se formos reavaliar tudo, não vejo sentido em
1305 ter lido todo o parecer e todo o processo, e nem de estarmos reunidos aqui para esta
1306 discussão.”. Com a palavra, a aluna Thais Regina Pavez disse: “Concordo com a fala do
1307 professor Strum e quero reforçar isso em dois sentidos. O processo feito aqui foi transparente e
1308 justo, tudo foi conversado pela congregação. Devemos respeitar o que foi decidido na última
1309 congregação, que foi de passar a questão do aditamento para a pauta principal porque tínhamos
1310 o entendimento de que a questão precisava ser votada. Ela está embasada em vários processos e
1311 várias discussões, nas idas e vindas deste debate. Eu entendo que se a congregação pediu para
1312 levá-la para a pauta de hoje é porque ela está suficientemente madura, no sentido do processo,
1313 como pela transparência, justiça e por ter ouvido as posições para que possamos fazer a votação
1314 hoje. Temos dois colegas nossos esperando desde as 14h para fazer uma fala e ler a carta
1315 disseminada nos anexos do processo. Seria um desrespeito não fazermos esta votação hoje.”.
1316 Com a palavra, a funcionária Marlene Petros Angelides disse: “Este fato ocorreu há dois anos e
1317 até hoje a congregação não fez o que deveria ter feito já há muito tempo, e ainda hoje temos
1318 que ouvir o professor Ricardo, e quero protestar contra colocar em dúvida o trabalho dos seus
1319 colegas. Acho que é o caso da comissão que fez o parecer se manifestar em relação a este tipo
1320 de manifestação.”. Com a palavra, o Senhor Diretor disse: “Quero observar que este caso está
1321 pendente há tempo porque ele não possui resolução simples. Qualquer decisão que tomarmos
1322 hoje poderá ser contestada numa instância superior. Estamos tomando uma decisão política, no
1323 entendimento do que atualmente é razoável. Temos que ter clareza de que haverá
1324 consequências políticas e poderá até ser contestada na justiça, pois hoje essas pendências
1325 tendem a sair dos muros da universidade. O momento em que ocorreu o processo é péssimo, e
1326 se ele tivesse ocorrido ontem, certamente teríamos encaminhado o processo de modo diferente,

1327 inclusive de forma acadêmica. Eu lamento a politização do processo, no mau sentido do termo,
1328 que nos criou uma armadilha. Eu quero defender os alunos e os professores desta universidade.
1329 Deveríamos nos sentar à mesa para que cada um dos lados pudesse reconhecer as
1330 impropriedades de cada parte, pois elas são das duas partes, mas nesta altura isso é impossível,
1331 assim como é impossível cancelar o curso ou mesmo abrir uma sindicância, pois já temos
1332 muitos alunos que estão formados, mas não quero julgar a proposta do professor Terra.”. Com a
1333 palavra, o Prof. Yuri Tavares Rocha disse: “Não estou entrando na questão do que o professor
1334 Terra falou, mas a proposta apresenta uma preocupação como cientista. Não estou nem
1335 defendendo, nem sendo contra a proposta. Ele está preocupado em saber qual era a realidade, o
1336 cenário, do que estava acontecendo e que fez com que nesta disciplina acontecesse isto, ou seja,
1337 se era um ponto fora da curva, ou se era um ponto na curva. Nesta congregação eu já relatei
1338 atos de violência que ocorreram no meu departamento.”. Após votação, a proposta do professor
1339 Ricardo Ribeiro Terra de abertura de sindicância e de tirar o assunto da pauta foi **NEGADA**
1340 por 1 voto favorável, 30 votos contrários e 3 abstenções. Com a palavra, a aluna Thais Regina
1341 Pavez disse: “Gostaria de solicitar à congregação a permissão para que eu possa chamar dois
1342 alunos, para que eles apresentem uma sugestão de encaminhamento para a questão que estamos
1343 tratando. A fala não vai passar de 5 minutos.”. Com a palavra, o Prof. Ricardo Ribeiro Terra
1344 disse: “Eu acho interessante ouvir as partes interessadas, mas para isso temos que marcar uma
1345 reunião conjuntamente com o professor Carlos Alberto, para que tenhamos o equilíbrio das
1346 partes.”. Com a palavra, a aluna Thais Regina Pavez disse: “O professor Carlos Alberto já teve
1347 a oportunidade de defesa, estes alunos não tiveram. Não é só uma defesa, o que eles vêm nos
1348 dizer é uma proposta de encaminhamento. Além disso, a pauta da congregação é pública, foi
1349 disseminada, e estes alunos vieram até aqui por interesse próprio.”. Com a palavra, o Senhor
1350 Diretor disse: “Estes alunos são procuradores dos três casos que estão em julgamento? Uma
1351 coisa é os alunos falarem em nome geral, outra coisa é o julgamento dos três recursos. Caso
1352 eles não forem, isso pode anular a votação do processo, e ele já está muito confuso, por isso é
1353 melhor tomarmos todas as cautelas possíveis e imagináveis.”. Com a palavra, a aluna Thais
1354 Regina Pavez disse: “Você tem razão, Adorno. Também queremos manter a cautela e votar este
1355 processo hoje. Por isso, estamos retirando o pedido.”. Com a palavra, o Prof. Ricardo Ribeiro
1356 Terra disse: “Depois da lamentável recusa por parte desta congregação do pedido de abertura
1357 de sindicância, quero apresentar alguns argumentos, visando o CO e o Ministério Público. Nas
1358 reuniões anteriores em que a questão em pauta foi tratada, vários professores alertaram sobre o
1359 seu caráter político, o que pode ser conferido nas atas que nós recebemos. Não sei se no mesmo
1360 sentido, acredito que exista um aspecto político central. O professor Carlos Alberto, professor

1361 titular, intelectual, professor exemplar e corajoso, docente da USP há 40 anos, que já poderia
1362 ter se aposentado há muito tempo, está sofrendo um processo perpetrado por patrulhas
1363 ideológicas que querem intimidar quem pensa de modo diferente. O termo patrulha ideológica é
1364 impreciso, mas como tenho pouco tempo não posso ser muito rigoroso. Estou entendendo por
1365 patrulha ideológica professores e alunos que possuem visão apenas instrumental-política do
1366 direito, ou seja, só se referem ao direito quando interessa à sua posição política, nos outros
1367 casos acham, eles mesmos, quais leis seguirem ou não, em suma, não defendem o estado de
1368 direito. O outro termo que usarei é o fascismo de esquerda, que eu já defini em debate anterior,
1369 dando inclusive a bibliografia pela qual me baseio. Ao parecer assinado pelo professor e chefe
1370 do departamento de filosofia, Marcos Aurélio Werle, houve negação à solicitação dos alunos.
1371 Este documento foi discutido no departamento e a maioria dos presentes concordou com o
1372 documento, apesar de não ter ocorrido votação formal. Com isso não quero dizer que não haja
1373 um pequeno número de professores e alunos patrulheiros no nosso departamento. Em recente
1374 concurso para professor de ética e filosofia política, houve cumprimento de todos os requisitos
1375 legais, porém foi de baixíssima legitimidade. Perdemos a oportunidade de contratar uma
1376 excelente professora, Yara Adario Frateschi, pois ela cometeu o erro de discordar da sua
1377 orientadora, que é a ideóloga e defensora dos mensaleiros e detentora do controle da imprensa
1378 burguesa. Seria interessante discutirmos, aqui nesta congregação, o artigo do professor Ângelo
1379 Segrillo sobre a corrupção dos concursos públicos acadêmicos. A direção da faculdade ou a
1380 comissão de graduação, ou a congregação, eu não sei, nomeou um professor de Letras como
1381 parecerista para o caso, pessoa que é conhecida por suas posições. Quem escolheu o parecerista
1382 quis dar tom político para o caso, basta ler o parecer que ele apresentou. O caráter político fica
1383 claro pela falta de isenção do processo. A responsabilidade da indicação eu não sei se foi da
1384 diretora, da coordenadora da graduação ou da congregação. O parecerista está fazendo papel de
1385 Nijinski, no nosso processinho de Moscou. Junto com a convocação desta reunião da
1386 congregação temos alguns documentos, mas nenhum do professor Moura. O professor jovem
1387 deve ter lido todos os documentos, seria interessante saber se ele leu os documentos do
1388 professor Moura. Eu tenho minhas dúvidas sobre isso. A congregação recusou meu pedido de
1389 sindicância e de auditoria, creio que para proteger a corrupção costumeira da universidade, o
1390 que pode ser observado pelas falas presentes e nas atas. A tradição de certos corpos sociais,
1391 frequentemente, apenas esconde a corrupção do sistema legal, como podemos ver no judiciário,
1392 na polícia militar, vemos isso por todo lado. A prática rotineira vira tradição. Na fala de um
1393 professor na última congregação houve o comentário de que há tradição de ajeitar as coisas
1394 depois da greve, como há uma tradição, não há corrupção dos costumes. Algumas greves ou

1395 falta de professores poderiam ser justificadas, mas a tradição de driblar a frequência de alunos,
1396 professores e funcionários faz parte de um tipo de cultura corrupta desta faculdade. Os chefes
1397 de departamento prevaricam quando não registram a ausência de professores que não
1398 compareceram. Professores que fingem repor aula depois das greves dão continuidade à
1399 corrupção dos costumes, virando tradição. Os patrulheiros argumentam que eles conseguiram
1400 cumprir o programa do curso em um número menor de aulas, mas quando temos recuperação
1401 depois da greve não é a mesma coisa. Duas ou três aulas são suficientes porque é possível dar
1402 outro conteúdo do que o previsto pelo curso em um número menor de aulas, mas eles se
1403 recusam a admitir que o professor Moura tem autonomia para avaliar se conseguiu ou não
1404 completar o seu curso, independentemente da avaliação que é uma coisa bem diferente.
1405 Alguém pode ser bem avaliado por conseguir fazer uma dissertação com o material das
1406 primeiras aulas, mas o programa pode não ter sido cumprido. Temos um processo político e as
1407 patrulhas ideológicas, apesar de discordar dos comandos fascistas de esquerda, os defendem, e
1408 acabam sendo pautados por eles, querem calar uma voz divergente. Caso esta congregação ceda
1409 aos patrulheiros, teremos um futuro negro, pois ela começará a interferir na presença, depois
1410 nas notas. O sonho dos patrulheiros é controlar o tema dos cursos, controle ideológico das
1411 disciplinas. Eles chegaram a tentar impedir que um departamento abrisse um concurso de
1412 ingresso com provas em inglês. O patrulhamento ideológico se dá de diversas maneiras nesta
1413 congregação. Os patrulheiros propuseram uma negociação que se resumia no recuso do
1414 professor. Continuando a comparação com o processo de Moscou, eles querem manter uma
1415 autocrítica do professor, antes do fuzilamento. Não tenho dúvida de que resistiremos a estes
1416 atos autoritários.”. Com a palavra, o Prof. Ricardo da Cunha Lima disse: “Eu preparei uma fala
1417 em defesa do parecer, portanto, dos alunos, mas eu estou surpreso pela argumentação do
1418 professor Ricardo Terra, por isso eu farei alguns comentários antes de entrar na fala que eu
1419 preparei. Acho que a congregação está madura para decidir, pois já tivemos longa
1420 argumentação. As peças de argumentação e de defesa do professor Moura e o parecer do
1421 professor Werle não estavam incluídos desta vez, mas nós os recebemos anteriormente, assim,
1422 a congregação teve acesso ao contraditório. A argumentação foi muito longa, o último debate
1423 demorou quase duas horas. Não me parece que estamos julgando sem substância. Quem deu
1424 tom político à questão foi justamente o parecer do professor Werle, pois nele está dito que a
1425 reprovação ocorreu por motivos políticos e não pelos motivos que estavam sendo alegados
1426 como pretexto. O professor Adrian pode ter se aproveitado deste comentário. Eu faço a defesa
1427 dos alunos de forma muito à vontade, e absolutamente eu não me encaixo no perfil ideológico
1428 que o professor Terra acabou de nos descrever. Quero analisar a questão. Discordo que a

1429 questão seja discutir o conteúdo do curso, não se trata disso, mas sim sobre o critério de
1430 controle da frequência. O parecer, se não me engano, apesar de analisar apenas três casos, pede
1431 que toda a lista seja recalculada. Agora vou entrar na fala que eu tinha programado.
1432 Considerando a complexidade da questão, o detalhamento do parecer do professor Adrian e a
1433 extensão do debate ocorrido anteriormente, bem como as possíveis repercussões da decisão da
1434 congregação, preferi organizar um texto previamente redigido para apoiar o parecer em defesa
1435 da posição dos alunos de filosofia. Os pontos principais são: 1 – muitas vezes foi comentada
1436 por esta congregação a dificuldade da decisão, diante da delicada questão e das possíveis
1437 repercussões, e da aparente justiça de ambas as posições, pois, como se disse, os dois casos
1438 parecem ter razão e se apoiam convictos em seus argumentos. Por isso, eu peço para que a
1439 congregação tenha em mente um preceito elementar da justiça, o *in dubio pro reo*. Se o caso é
1440 polêmico e controverso e se a reprovação geral se fundamenta em listas de presença
1441 inconsistentes, não devemos prejudicar os 29 alunos, devemos minimizar os danos. Ao
1442 entender o pleito dos alunos, evitamos o prejuízo concreto e objetivo de quase três dezenas de
1443 estudantes, *in dubio pro reo*; 2 – um dos argumentos do professor é que ao participar do
1444 movimento grevista, voluntariamente ou não, pouco importa, os alunos assumiram os riscos
1445 decorrentes da sua atitude, inclusive a reprovação por frequência. Eu alerto a congregação que
1446 este tipo de argumento, que já escutei em outras situações, não se sustenta e vai contra as leis e
1447 normas referentes ao direito de greve. Como esta questão não foi contemplada no parecer do
1448 professor Adrian, gostaria de esclarecer que a lei de greve, que regulamenta o direito
1449 constitucional de greve, artigo nono da constituição, veda qualquer tipo de punição ou
1450 constrangimento individual. Existem manifestações do Conselho Nacional de Educação e até
1451 do STF amparando a greve estudantil, normatizando práticas como ‘lançamento de matéria
1452 dada’, ‘computo de presença ou consideração de dia letivo’. Se a greve da FFLCH foi
1453 deflagrada pelo movimento estudantil, reunida em assembleia, os alunos não podem ser
1454 individualmente punidos. Caso a congregação acolha este tipo de atitude, além de deliberar
1455 contra o ideal constitucional, estará esvaziando um dos principais recursos do movimento
1456 estudantil, que já foi muito útil para a faculdade. Não custa advertir que a ameaça de
1457 reprovação dos alunos guarda certa correspondência com a ameaça do corte de ponto dos
1458 professores grevistas. Nossa posição poderá se voltar contra nós mesmos, como admitiu o
1459 professor Adrian, por cercear direitos análogos no futuro; 3 – Boa parte das quase duas horas
1460 de debate na congregação anterior não se preocupava estritamente com a situação dos alunos,
1461 mas sim também com os precedentes gerados pela possível decisão da congregação de rever a
1462 decisão de um professor. O debate gerou em torno da preservação da autoridade do professor,

1463 ameaçada por uma imposição da congregação, possivelmente vista como autoritária. Aqui,
1464 retomo dois argumentos expostos na reunião anterior. Primeiramente, autoridade implica
1465 responsabilidade e requer limites. A expressão ‘abuso de autoridade’ existe justamente porque
1466 toda autoridade tem limites e não pode fazer o que quer. Caso mantivermos a atitude do
1467 professor neste caso específico, pensando que é perigoso abrir o precedente de revisar as
1468 decisões de um professor por decisão da congregação, estaremos afirmando que o professor
1469 pode tomar atitudes com as quais não concordamos e que nós mesmos não tomaríamos, em
1470 nome da soberania do professor. Afinal, se o professor reprova 94% da turma por frequência,
1471 numa atitude indisfarçavelmente política, com base em listas de presenças rasuradas e pelo
1472 cômputo de aulas que nunca foram dadas, o que mais o professor precisa fazer para que haja
1473 intervenção da congregação? Qual é o valor que estamos atribuindo aos alunos? Qual recado
1474 estamos dando à sociedade? Tive a oportunidade de estudar no curso de filosofia e estudei com
1475 o professor Carlos Alberto, e ele foi um excelente professor e é um excelente pesquisador. Não
1476 faço manifestação pessoal com relação a ele, mas sobre a atitude que ele tomou. Em segundo
1477 lugar, se os colegas ainda assim tiverem receio de alterar os critérios de aprovação, peço que se
1478 lembrem tanto do parecer, quanto da fala da professora Zilda. Trata-se de uma extrema
1479 excepcionalidade. Penso que a congregação deve tomar uma atitude excepcional específica,
1480 revendo o critério de aprovação. Foi dito que a congregação iria rever as listas e as presenças, o
1481 que não se trata de rever, no sentido de questionar ou auditar as listas de presença, mas sim de
1482 rever os critérios de contagem da frequência. 5 - Diante da violência que se lançou sobre a
1483 faculdade, devemos ponderar o que a congregação defenderá hoje em termos essenciais.
1484 Preferimos medidas coercitivas e punitivas ou o diálogo e a conciliação na solução de
1485 movimentos reivindicatórios?. Retomando as palavras da professora Viviana Bosi, podemos
1486 nos solidarizar com a atitude intransigente e inflexiva do professor? É esse tipo de atitude que a
1487 faculdade apoia? Digo isso para o futuro, não estou falando para o caso precedente, pois
1488 certamente estas situações vão voltar a ocorrer. O que a faculdade sinaliza? Sinalizaremos que
1489 preferimos sempre a busca de consenso construído com base no diálogo e na negociação? ; 6 –
1490 Quanto ao fato aventado nas congregações anteriores de que estaríamos promovendo uma
1491 ilegalidade, ao permitir a aprovação de alunos numa disciplina com o menor número de aulas
1492 que o mínimo, invoco outro princípio básico da justiça, *sumo direito, suma injustiça*, como nos
1493 diz Cícero em *Dos Deveres*. Ele afirma que muitas vezes ao aplicar a lei de modo muito
1494 restrito, muito rigoroso, acabamos prejudicando todos os envolvidos, por uma sede de justiça,
1495 tecnicamente embasada, e somos injustos. Parece-me que a máxima se aplica perfeitamente
1496 aqui. Anular o curso não favorece a ninguém, professor ou alunos. Devemos exercer a justiça

1497 pelo conceito do justo e não pela tecnicidade da letra. Ademais, a congregação não está aqui
1498 para deliberar sobre a validade do curso, ela não foi chamada a opinar sobre isso e não pode
1499 fazê-lo, sobre pena de ultrapassar os limites da questão que lhe foi colocada. A congregação foi
1500 provocada a se posicionar sobre um ponto específico, o critério de reprovação dos alunos. Basta
1501 à congregação se posicionar sobre isso e dizer que o critério de contagem das faltas deve se
1502 restringir aos dez registros existentes. Isso eu tinha escrito, mas pelo visto há pessoas que
1503 pensam ser este um argumento válido, querendo até mesmo o cancelamento de todos os demais
1504 cursos. Não imaginei que houvesse pessoas que defendessem posição tão radical.”. Com a
1505 palavra, o Prof. André Roberto Martin disse: “E não acho que estamos diante de uma questão
1506 política, no sentido estrito da palavra, segundo o debate ideológico direita/esquerda. Estamos
1507 examinando se a atitude de um professor foi justa ou não, apropriada ou não. Me parece que o
1508 problema, e foi o que levou a maioria da congregação a se manifestar de modo crítico ao
1509 professor, é que ele não pode embasar o seu calculo de aulas dadas, que ele diz que foram 16,
1510 sendo que ele só consegue provar 10. Este é o ponto central. É uma questão do professor. Como
1511 podemos achar justo que estes alunos que tiveram excelentes notas podem ser reprovados por
1512 falta. Acho que ele cometeu um equívoco, e todos nós podemos cometer. Continuar levando
1513 isso até sei lá quando é uma injustiça com os alunos e, além do mais, o professor não consegue
1514 provar que deu as 16 aulas. Quem não conseguir a presença mínima segundo as 10 aulas, estes
1515 devem ser reprovados, os outros não. Isso é mais simples do que um debate ideológico e o
1516 argumento político é falacioso. O professor não discriminou as ideologias dos alunos no
1517 momento da reprovação. Temos de examinar se a atitude do professor foi pedagógica, correta,
1518 dentro das normas. Com todo o respeito que o professor merece, neste caso o professor agiu
1519 equivocadamente. Ele está prejudicando um número grande de alunos injustamente. Acho que
1520 já passamos muito tempo discutindo isso. A congregação se manifestou que a base correta de
1521 calculo é considerar 10 aulas, recomendação que a congregação deve insistir.”. Com a palavra,
1522 o Prof. Milton Meira do Nascimento disse: “Quero parabenizar o colega Ricardo Cunha pelo
1523 texto e o André que apresentou questões interessantes, ao levantar que a discussão não é uma
1524 questão política. Temos condição de votar. Quero dizer que o meu colega Ricardo Terra, nesta
1525 congregação, nos apresentou uma questão que me parece, no mínimo, deselegante, ao colocar
1526 sob suspeita o concurso de ingresso de professor do departamento de filosofia. Digo
1527 deselegante pelo fato de ele colocar sob suspeita, ao supor que haja patrulhamento ideológico
1528 de toda a banca, por considerar que a escolha do candidato foi previamente tomada segundo a
1529 patrulha de alguém. Eu, como presidente da banca, e o professor Cícero fomos membros da
1530 banca, e falo com muita tranquilidade, respeitando a posição política do professor Terra, não se

1531 pode colocar a questão nestes termos. O que quer dizer colocar sob suspeita? De onde vem o
1532 patrulhamento? Ele pode estar dos dois lados, mas eu não aceito que ele aconteça de nenhum
1533 dos lados, nem da esquerda e nem da direita. O trabalho intelectual se faz por mérito
1534 acadêmico, e se a banca tomou a decisão de escolher um candidato, a banca é soberana, caso
1535 contrário devemos sempre colocar sob suspeita os concursos, dizendo que há patrulhamento.
1536 No caso do professor Carlos Alberto, não está em jogo a suposição de que há patrulhamento a
1537 favor dos alunos, contra o professor. Concordo com o texto que você apresentou, ele é claro e
1538 apresenta ponderação muito grande, mas nós somos contrários ao professor Carlos Alberto não
1539 por patrulhamento ideológico. Trata-se de acatar ou não os recursos, dentro do procedimento
1540 jurídico normal, e a congregação é soberana quanto a isso. Não devemos politizar a questão.”.
1541 Com a palavra, o Prof. Rodrigo Monteferrante Ricupero disse: “Eu fui contrário à proposta do
1542 Terra de abrir sindicância, pois ela era para protelar a decisão, mas eu não acho nenhum
1543 problema criarmos uma comissão de avaliação ou sindicância para discutir frequência,
1544 cumprimento de carga horária. Fica parecendo que há setor político que cumpre e outro que não
1545 cumpre as coisas. Quem quiser avaliar que avalie, sem nenhum problema, avaliando toda
1546 estrutura de funcionamento das aulas, mas ela não pode protelar a decisão que devemos tomar
1547 aqui.”. Com a palavra, o Prof. Brasílio João Sallum Junior disse: “Acho que deveríamos pensar
1548 no resultado acadêmico do curso, não apelando tanto à questão das faltas. Não gostaria de sair
1549 daqui sem expressar a minha preocupação de estarmos conversando sobre estes assuntos. O
1550 Ricardo chamou a atenção para a necessidade do diálogo, o que eu concordo, mas precisamos
1551 ressaltar que tudo isso começou por causa de um ato, que não a greve, mas o cadeiraço, que
1552 teve duração de quatro semanas. Precisamos conversar sobre isso, tanto os alunos entre eles,
1553 como precisamos discutir este assunto aqui. O cadeiraço é a imposição de uma parte dos alunos
1554 perante aqueles outros alunos que não têm interesse na greve. É mais do que um piquete, pois
1555 este convence, o cadeiraço bloqueia. A coisa é tão enlouquecida que, este ano, por exemplo, a
1556 parte dos alunos que participava das manifestações conseguiu mobilizar 50 mil pessoas para a
1557 rua, sem cadeiraço. Fazer greve, eu já fiz diversas vezes. Cadeiraço é intimidação que se faz em
1558 relação a colegas, e não deve estar presente na cultura desta faculdade. Se queremos diálogo,
1559 devemos começar por aqui. Querem fazer greve, o.k., querem fazer passeata, o.k., mas permita
1560 a liberdade de quem não quer participar do movimento.”. Com a palavra, o Senhor Diretor
1561 disse: “Eu gostaria de fazer um apelo. Não sou contra a greve, inclusive já participei de muitas.
1562 A greve é um instrumento de luta. Porém, eu gostaria que voltássemos a usar o instrumento
1563 mais importante que temos, que é o convencimento do outro. Enquanto não voltarmos a
1564 exercitar o princípio do convencimento do outro, refinando os nossos argumentos,

1565 aperfeiçoando o que é da nossa maior competência, que é a nossa qualidade intelectual,
1566 continuaremos a presenciar o cadeiraço. Não estou julgando as demandas estudantis, mas temos
1567 que desarmar estes instrumentos. Não consigo lidar com a violência. Temos que exercitar o
1568 convencimento. Temos que montar uma arena, na qual eu possa ser convencido que estou
1569 errado, que sou atrasado, que sou reacionário. Estes tipos de instrumentos não podemos aceitar,
1570 aqueles que impedem o outro de falar, é o pior tipo de intimidação.”. Com a palavra, o Prof.
1571 Ricardo Ribeiro Terra disse: “Quero insistir em dois pontos. Eu acho que a motivação é sim
1572 política. O caso teve destaque na imprensa, e agora as patrulhas ideológicas estão querendo
1573 punir o professor. Agora eles estão mexendo na presença, depois vão mexer com a avaliação, e
1574 quem sabe eles não queiram, mais para frente, influenciar na liberdade de pesquisa. Eu acho
1575 que há fragilidades enormes nos argumentos sobre o direito de greve. Isso não significa que o
1576 grevista pode fazer o que der na telha. Caso analisemos o direito de greve e analisemos os
1577 ataques fascistas de esquerda durante a greve, só falta quererem justificar este por aquele. Para
1578 analisarmos juridicamente os fatos, teremos que ter outra perspectiva. Eu não vejo como
1579 elemento de diálogo o que está acontecendo aqui. Estão querendo julgar um excelente professor
1580 porque ele diverge da posição média da faculdade e desta congregação. Com relação ao Milton
1581 e ao Cícero, é uma decepção pessoal que eu tive com vocês dois. Seria muito interessante se
1582 vocês quisessem discutir intelectualmente o concurso, vamos discutir sobre a obra de ética e de
1583 filosofia política da nossa colega que entrou. Eu teria grande satisfação em discutir esta obra
1584 com vocês dois.”. Com a palavra, o Senhor Diretor disse: “Só para deixar claro, estamos
1585 julgando os três recursos que estão aqui e o resultado da nossa decisão não se estende para o
1586 conjunto dos alunos. Não temos efeito legislativo aqui, nós julgamos o que nos foi demandado.
1587 Não sei dizer se futuros pedidos são tempestivos ou não, cabe discussão. Estamos julgando três
1588 recursos, caso eu faça algo a mais, estarei extrapolando a competência desta congregação. Caso
1589 outras pessoas se sintam prejudicadas e, por isonomia, queiram se beneficiar, elas devem entrar
1590 com recurso. O que é de direito é de direito. Quero deixar claro que o que eu estou entendendo
1591 por questão política, a despeito das análises feitas aqui, é que direito não é uma lei que se
1592 impõe a nós, obrigatoriamente. Eu entendo o direito como uma orientação normativa de
1593 conduta, e ela é testada a todo momento, o que supõe a possibilidade de mudanças, arranjos e
1594 negociações. Quero dizer com isso que quando falo que a questão é política, digo segundo dois
1595 sentidos: poderíamos ter tratado o problema na raiz, como problema de administração didática,
1596 encerrando aí o problema. Não vou entrar em julgamento sobre quem começou a politizar a
1597 questão no mau sentido. Mas, sim, houve politização. Perdemos o tempo para agir neste
1598 sentido. A terceira coisa é que a questão é política porque, como ultrapassamos a possibilidade

1599 normativa do direito, agora só nos cabe tomar partido, o que gera consequências. Não digo aqui
1600 por política no sentido ideológico, direita e esquerda, mas em termos de ação política, a decisão
1601 que estamos tomando vai para além do direito.”. Com a palavra, o Prof. Cícero Romão Resende
1602 de Araújo disse: “Estou mais confortável com relação ao que vamos votar. Queria que a
1603 votação tenha o sentido da discussão sobre a administração regular do curso, ou não. Não
1604 estamos discutindo direito de greve ou liberdade acadêmica de um professor, pois para mim é
1605 claro que nem o direito de greve é irrestrito, assim como nem a liberdade acadêmica o é, tudo
1606 tem limites, apesar do professor ter liberdade acadêmica de dar aulas mesmo quando há greves.
1607 Porém, isso não está em discussão aqui, temos que decidir sobre a regularidade ou não da
1608 administração do curso em questão.”. Com a palavra, o funcionário Sergio Ricardo Gaspar
1609 disse: “Concordo com o professor Ricardo Cunha. Temos um problema e ele possui apenas
1610 uma solução. A discussão tem se arrastado durante dois anos. Ela não é política ou
1611 administrativa, é de justiça para com o aluno. Quem está sendo atacado em seu direito? É o
1612 aluno, pois ele já conseguiu a nota e o critério da lista é o ponto que se transformou em questão
1613 política. Temos que preservar o aluno. Não sei por meio de qual critério o professor errou, se
1614 foi político, ideológico, eu sei que temos que proteger o aluno. Estamos formando pessoas.”.
1615 Com a palavra, o Senhor Diretor disse: “Vamos votar em bloco, já que os três casos são
1616 similares?”. Após votação, foi **APROVADO** que a votação dos recursos 5.1, 5.2 e 5.3 ocorra
1617 em bloco. Após votação, o acolhimento dos recursos perpetrados pelos alunos foi
1618 **APROVADO** por 25 votos favoráveis, 01 contra e 04 abstenções. Com a palavra, o Senhor
1619 Diretor disse: “Quero fazer uma declaração de voto para dizer que este é um dos dias mais
1620 tristes da minha carreira acadêmica. Quando aceitei sair candidato eu tinha clareza de que, ao
1621 defender esta faculdade, eu estava defendendo alunos, professores e funcionários. Eu não posso
1622 tomar uma decisão em que uma parte sai vitoriosa e a outra aparece como uma pessoa em que
1623 toda a sua história pregressa, seu papel na pesquisa e na formação são jogados de lado. Eu acho
1624 que não houve neste processo a decisão política de decidir bem, que é pesar bem e
1625 ponderadamente todos os lados. A fala aqui foi de que os alunos têm razão e o professor está
1626 totalmente errado. O professor pode ter errado, mas nós não podemos simplesmente chegar
1627 aqui e dizer que o professor está condenado neste processo. Eu me sinto muito mal e gostaria
1628 de não ter passado por isso. Se este processo tivesse sido iniciado na minha mão, ele certamente
1629 não teria este destino, não teria ficado estes dois anos nesta suspensão de uma decisão.
1630 Lamento muito o processo ter se transformado numa questão externa ao próprio curso. Foi
1631 discutido direito de greve, posições ideológicas, e suposições sobre o docente. Fiquei por muito
1632 tempo pensando sobre possíveis soluções, mas dois anos depois nada é favorável. Eu acho que

1633 os alunos têm os seus direitos, não vou tirar as suas razões. Não quero trabalhar com a hipótese
 1634 de que há más intencionalidades na ação de quem quer que seja, quero trabalhar com a hipótese
 1635 de que as pessoas são razoáveis e que elas agem politicamente em função de determinadas
 1636 posições. Tivemos posições distintas e houve embates, mas deveríamos ter tratado a questão de
 1637 maneira razoável para que ela não tivesse chegado a isso. A questão vai para o CO e eu não sei
 1638 o que eu irei defender lá, pois tenho dúvidas, por isso o meu voto de abstenção. Do ponto de
 1639 vista legal, o processo vai para a procuradoria jurídica e o seu resultado provavelmente será o
 1640 cancelamento do curso, pois eu conheço os juristas, que são muito realistas. Teremos a revisão
 1641 da nossa decisão em instância superior. Quero dizer que qualquer que fosse a nossa decisão, ela
 1642 me é profundamente desconfortável. A congregação é soberana e tem todo o direito de se
 1643 manifestar. Quero deixar registrado a minha tristeza e o sentimento de fracasso pessoal diante
 1644 deste caso.” **6. COMISSÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO – CONVÊNIOS DE CO-**
 1645 **ORIENTAÇÃO INTERNACIONAL (CO-TUTELA) *votação aberta*. 6.1.** Pedido do Senhor
 1646 **Bruno Ribeiro Lima**, aluno externo, referente ao Convênio Acadêmico de co-orientação
 1647 Internacional (Co-Tutela) entre o Programa de Pós-Graduação em Literatura Brasileira e a
 1648 Université Paris 8, França (*doc. E-convênios 33066*) **6.2.** Pedido da Senhora **Osvaldina dos**
 1649 **Santos Araújo**, aluno externo, referente ao Convênio Acadêmico de co-orientação
 1650 Internacional (Co-Tutela) entre o Programa de Pós-Graduação em Sociologia e a Université
 1651 Toulouse 2 Le Mirail, França (*doc. E-convênios 30187*). Após votação, os pedidos foram
 1652 **APROVADOS. 7. INGRESSO NO PROGRAMA DE PROFESSOR SENIOR** (*votação*
 1653 *aberta, em bloco, sem prejuízo de pedidos de destaque*) **7.1.** A Professora Doutora **DIANA**
 1654 **LUZ PESSOA DE BARROS** encaminha pedido para ingresso no Programa de Professor
 1655 Sênior junto ao Departamento de Linguística (Proc. 13.1.4228.8.6). **7.2.** A Professora Doutora
 1656 **IUMNA MARIA SIMON** encaminha pedido para ingresso no Programa de Professor Sênior
 1657 junto ao Departamento de Teoria Literária e Literatura Comparada (Proc. 13.1.4480.8.7). Após
 1658 votação, os pedidos foram **APROVADOS. ADITAMENTO. 1. QUESTÕES TÉCNICAS**
 1659 **DE POLÍTICA ACADÊMICA. 1.1. CARGOS DE PROFESSOR TITULAR – pedidos de**
 1660 **manutenção (Prot. 13.5.952.8.9)** O DS solicita manutenção do cargo do Professor Doutor
 1661 Antonio Flávio de Oliveira Pierucci, falecido em 08/06/2012. Após votação, a solicitação foi
 1662 **APROVADA. 1.2. RECONHECIMENTO INSTITUCIONAL DE PUBLICAÇÃO. O DH**
 1663 **solicita retificação do nome da publicação reconhecida institucionalmente pela FFLCH.**
 1664 **DE: Chronos – Revista de Graduação em História PARA: Epígrafe – Revista de**
 1665 **Graduação em História.** Após votação, a solicitação foi **APROVADA. 1.3. REGIMENTO**
 1666 **DE PÓS-GRADUAÇÃO, em atendimento ao artigo 33 do regimento –**

1667 **REGULAMENTOS DOS SEGUINTE PROGRAMAS:** Literatura e Cultura Russa. Após
1668 votação, o item foi **APROVADO** com 5 abstenções. **2. ABERTURA DE EDITAL –**
1669 **CONCURSO – PROFESSOR DOUTOR –** (*votação aberta, sem prejuízo de pedidos de*
1670 *destaque*) **2.1.** Departamento: **Filosofia**. Cargos: 01 em RDIDP. Área: **História da Filosofia**
1671 **Contemporânea**. O concurso deve ser realizado em (01) uma fase e na área de formação e/ou
1672 concentração pós-graduada em Filosofia (Res. USP 6482, de 21/12/2012). (Proc.:
1673 12.1.4598.8.7). (*v. anexo, cópia do programa aprovado pelo Conselho do Departamento em*
1674 *16/08/2013*). **2.2.** Departamento: **Antropologia** Cargos: 01 em RDIDP. Área: **Religiosidade**
1675 **Popular e Instituição Religiosa / Teoria Antropológica**. O concurso deve ser realizado em
1676 (01) uma fase (Proc.: 13.1.4489.8.4). (*v. anexo, cópia do programa aprovado pelo Conselho do*
1677 *Departamento em 13/09/2013*). **2.3.** Departamento: **Geografia**. Cargos: 01 em RDIDP. Área:
1678 **Cartografia**. O concurso deve ser realizado em (02) duas fases e na área de formação e/ou
1679 concentração pós-graduada com a seguinte formação: Bacharel em Geografia com doutorado
1680 na área de conhecimento específico; Bacharel em Engenharia Cartográfica com doutorado em
1681 Geografia na área de conhecimento específico; Bacharel em Agronomia com doutorado em
1682 Geografia na área de conhecimento específico; Bacharel em Agrimensura com doutorado em
1683 Geografia na área de conhecimento específico. (Proc.: 13.1.3656.8.4). (*v. anexo, cópia do*
1684 *programa aprovado pelo Conselho do Departamento em 26/06/2013*). Após votação, os
1685 pedidos foram **APROVADOS**. **3. CONCURSO DOCENTE – EXAME FORMAL DA**
1686 **DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA PELO(S) CANDIDATO(S) NO ATO DA**
1687 **INSCRIÇÃO PARA CONCURSO DOCENTE, ACEITAÇÃO DE INSCRIÇÃO EM**
1688 **CONCURSO E COMISSÃO JULGADORA –** *votação secreta*. **3.1.** Concurso Público para
1689 provimento de um cargo de Professor Doutor, em RDIDP, ref. MS-3 no Departamento de
1690 Letras Modernas, **área de Língua Espanhola e Literaturas Espanhola e Hispano-**
1691 **Americana, disciplina de Literatura Espanhola**, Conforme Edital FFLCH/FLM n°. 025/2013
1692 de 02/07/2013 (Proc.: 12.1.3333.8.0). **3.1.1. EXAME FORMAL DAS INSCRIÇÕES DOS**
1693 **CANDIDATOS:** Raul Ramirez Ortiz, Gênese Andrade Silva, Marco Aurélio Pinotti Catalão,
1694 María Rebeca Ramírez Ramírez, Sandra Trabucco Valenzuela, André Fiorussi, Karla
1695 Fernandes Cipreste. Relator: **Prof. Dr. Marcos Francisco Napolitano de Eugênio (DH)**.
1696 **PARECER FAVORÁVEL - INSCRIÇÕES DOS CANDIDATOS 1 a 7.** Após votação, o
1697 parecer **FAVORÁVEL** à inscrição dos candidatos acima foi **APROVADO** por *43 votos*
1698 *favoráveis*. O candidato Antonio Becerra Bolaños obteve **PARECER DESFAVORÁVEL**
1699 **(anexo) do relator**. Após votação, o parecer **DESFAVORÁVEL** à inscrição do candidato
1700 **acima foi APROVADO por 25 votos favoráveis e 18 votos contrários**. **3.1.2. COMISSÃO**

1701 **JULGADORA**, sugerida pelo DLM: **Titulares:** Profs. Drs. Sandra Margarida Nitrini
 1702 (DTLLC-FFLCH, Titular) = 40 votos, Laura Patricia Zuntini de Izarra (DLM-FFLCH, Livre-
 1703 Docente) = 41 votos, Antonio Roberto Esteves (UNESP-Assis, Livre Docente) = 42 votos,
 1704 Maria Dolores Aybar Ramírez (UNESP-Araraquara, Doutora) = 41 votos, Silvia Inés Cárcamo
 1705 de Arcuri (UFRJ, Doutora) = 40 votos. **Suplentes:** Profs. Drs. Maria Teresa Celada (DLM-
 1706 FFLCH, Doutora) = 3 votos, Adriana Kanzepolski (DLM-FFLCH, Doutora) = 2 votos, Pablo
 1707 Fernando Gasparini (DLM-FFLCH, Doutora) = 1 voto, Ana Lúcia Trevisan Pelegrino
 1708 (Mackenzie, Doutora) = 4 votos e Maria Mirtis Caser (UFES, Doutora) = 2 votos. **3.2.**
 1709 Concurso público de títulos e provas visando à obtenção do título de **Livre-Docente no**
 1710 **Departamento de Geografia, área de Climatologia I**, conforme Edital FFLCH nº. 007/2013,
 1711 publicado em 26/02/2013. (Proc.: 13.5.213.8.1) **3.2.1. EXAME FORMAL DA INSCRIÇÃO**
 1712 **DO CANDIDATO:** Ricardo Augusto Felício. Relatora: **Profa. Dra. Esmeralda Vailati**
 1713 **Negrão (DL) – PARECER FAVORÁVEL** Após votação, a inscrição do candidato foi
 1714 **APROVADA** por *39 votos favoráveis e 4 votos contrários*. **3.2.2. COMISSÃO**
 1715 **JULGADORA**, sugerida pelo DG: **TITULARES:** Profs. Drs. Jurandyr Luciano Sanches Ross
 1716 (DG-FFLCH, Titular) = 39 votos, Wagner Costa Ribeiro (DG-FFLCH, Titular) = 40 votos,
 1717 Tercio Ambrizzi (IAG/USP, Titular) = 39 votos, Antonio Carlos Tavares (UNESP-Rio Claro,
 1718 Livre-Docente) = 42 votos e Paulo Eduardo Artaxo Netto (IF-USP, Titular) = 38 votos.
 1719 **SUPLENTE:** Profs. Drs. Antonio Carlos Colangelo (DG-FFLCH, Livre-docente) = 5 votos,
 1720 José Roberto Tarifa (DG-FFLCH, Livre-Docente, aposentado) = 1 voto, Francisco Arthur da
 1721 Silva Vecchia (Escola de Engenharia de São Carlos-USP, Livre-Docente) = 6 votos e Rosmeri
 1722 Porfírio da Rocha (IAG-USP, Livre-Docente) = 1 voto. **4. INGRESSO NO PROGRAMA DE**
 1723 **PROFESSOR SENIOR** (*votação aberta, em bloco, sem prejuízo de pedidos de destaque*) **4.1.**
 1724 O Professor Doutor **JOSÉ CARLOS SEBE BOM MEIHY** encaminha pedido para ingresso
 1725 no Programa de Professor Sênior junto ao Departamento de História (Proc. 13.1.4504.8.3). **4.2.**
 1726 A Professora Doutora **MARIA AMÉLIA MASCARENHAS DANTES** encaminha pedido
 1727 para ingresso no Programa de Professor Sênior junto ao Departamento de História (Proc.
 1728 13.1.4503.8.7). Após votação, os pedidos foram **APROVADOS**. **5. RECOMPOSIÇÃO**
 1729 **COMISSÃO JULGADORA - CONCURSO DOCENTE – votação secreta. 5.1.** O
 1730 Departamento de Geografia, em virtude de impedimentos de alguns dos membros da Comissão
 1731 do concurso público para provimento de um cargo para Professor Doutor, ref.: MS-3, em
 1732 RDIDP, área de Estágio Supervisionado de Ensino de Geografia e Material Didático, conforme
 1733 Edital FLG nº 012/2013, de 28/03/2013 (Proc. 13.1.866.8.8), houve por bem sugerir para
 1734 recomposição os nomes dos Profs. Drs.: **Titulares:** Cleide Rodrigues (DG-FFLCH, Doutora,

1735 Presidente) = 95 votos, Maria Eliza Miranda (DG-FFLCH, Doutora) = 87 votos, Marisol
1736 Barenco de Melo (UFF, Doutora) = 38 votos, Shoko Kimura (UFMG, Doutora) = 29 votos e
1737 Sérgio Gertel (Unesp-Araraquara, Doutor) = 29 votos. **Suplentes:** Léa Francesconi (DG-
1738 FFLCH, Doutora) = 15 votos, José Bueno Conti (DG-FFLCH, Titular, aposentado) = 1 voto,
1739 Bianca Carvalho Vieira (DG-FFLCH, Doutora) = 1 voto, Nelson Rego (UFRGS, Doutor) = 12
1740 votos, José Sergio Fonseca de Carvalho (FE-USP, doutor) = 10 votos, Regina Célia Bega dos
1741 Santos (UNICAMP, Doutora) = 12 votos, Janaina Barbosa da Silva (UFCG, Doutora) = 1 voto,
1742 Genylton Odilon Rêgo da Rocha (UFPA, Doutor) = 2 votos, Marta de Paiva Macedo (UFGO,
1743 Doutora) = 2 votos e Maria Lidia Bueno Fernandes (UnB, Doutora) = 1 voto. Ninguém mais
1744 desejando fazer uso da palavra, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e declarou
1745 encerrada a sessão. E, para constar, eu, Rosângela Duarte Vicente, Assistente Técnica de
1746 Direção para Assuntos Acadêmicos, redigi a presente ata que assino juntamente com o Senhor
1747 Diretor. São Paulo, 19 de setembro de 2013.